



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 628 - DE 7 A 21 DE FEVEREIRO DE 2021 - R\$ 4,00

Responder à ofensiva de Bolsonaro e do Congresso Nacional, com a luta dos explorados

**Contra o fechamento de fábricas
e pela estatização sem indenização**

**Em defesa dos empregos e salários
Combater o plano de privatização**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem
imediatamente a luta nacional contra o fechamento
da Ford, e pela estatização sem indenização**

**Somente a política operária de ocupação de fábricas, controle
operário e estatização sem indenização pode enfrentar os
monopólios e defender as forças produtivas nacionais**

**Realizada a
Conferência Regional
do Nordeste do
Partido Operário**

102 anos da fundação
da III Internacional

*Que, das cinzas do
capitalismo, se erga
a sociedade sem
classes, comunista!*



Bolsonaro prepara uma ofensiva Como responder?

O presidente ultradireitista e fascistizante aproveitou a vitória na eleição da presidência da Câmara e do Senado, para retomar os objetivos ditatoriais que nortearam seu governo desde o início. A essência de sua diretriz é a de reforçar o Estado militarista e policial. Passados dois anos, Bolsonaro não conseguiu avançar tanto quanto havia prometido em sua candidatura presidencial. A continuidade da crise econômica, que se aprofunda, desde 2014, não possibilitou uma estabilidade política e o arrefecimento das divisões interburguesas. O passo mais avançado do autoritarismo ultradireitista foi ter conseguido montar um governo e uma máquina baseada nos militares. Assentado nas Forças Armadas e no apoio do aparato policial, pôde dispensar a filiação em um dos partidos. Bastou o vínculo com o PSL, para garantir uma legenda. Logo, se desentendeu com a sua direção, que achou que poderia participar do governo. Não precisando mais do PSL, dispensou seus serviços.

Em um primeiro momento, incentivou a tropa de choque bolsonarista, que chegou a realizar manifestações, pedindo o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). A reação negativa de setores da burguesia e do STF, que chegaram a acusar a campanha bolsonarista de golpismo, e o escândalo de corrupção, obrigaram o presidente a um recuo e mudança de tática. Mas, a oposição se mostrou impotente diante do fundamental: a militarização do governo e o recrudescimento do Estado policial. A mudança de tática consistiu em se aproximar do Congresso Nacional, uma vez que não seria possível fechá-lo, ou governar por cima dos demais poderes da República. O DEM, com Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, contribuiu para o êxito da manobra presidencial.

O golpe de Estado contra o governo do PT potenciou os partidos que surgiram das entranhas do MDB, PSDB e DEM (Arena/PFL), e da investida de grupos econômicos, religiosos e policiais. A oposição de centro-esquerda, liderada pelo PT, entrou em declínio. O Centrão, que concentra a nata da reação, dita o funcionamento do parlamento.

Não foi difícil a Bolsonaro superar as crises políticas recorrentes, que estremeceram o seu governo. Em momentos agudos dos conflitos interburgueses, a oposição teve a oportunidade de levantar a bandeira do impeachment, mas em seguida a recolhia. É o que provavelmente vai se passar agora, com a vitória de Bolsonaro nas duas Casas. Temer conseguiu cumprir seu governo de transição, a despeito da crise econômica e do escândalo de corrupção, cujas provas eram mais claras que as que serviram à Lava Jato para caçar os petistas.

O fator principal desse feito, porém, se encontra na inca-

pacidade e traição do reformismo e da burocracia sindical, diante da greve geral contra a reforma trabalhista do governo golpista. O mesmo se passou no enfrentamento a Bolsonaro, que retomou a reforma da Previdência de Temer, e a concluiu. A burguesia e o imperialismo têm o maior apreço ao governo que consegue impor à classe operária e aos demais explorados as contrarreformas. Temer e Bolsonaro expressam o golpe de Estado. Deverão cumprir seu ciclo. Enquanto Bolsonaro se mostrar capaz de manter as massas passivas, ainda pode prestar bons serviços, como a reforma administrativa e o plano de privatizações. A reforma tributária depende muito mais de um acordo na cúpula do grande capital do que da decisão do governo. Qualquer que seja a solução, para manter os canais de saque do Tesouro nacional, que arca com a gigantesca dívida pública, deverá ser descarregada sobre a maioria oprimida.

Os conflitos em torno ao isolamento social foram superados, no momento em que os governadores de oposição passaram à flexibilização e normalização. Agora, o mesmo ocorre com a vacinação. Tudo indica que o processo de responsabilização de Bolsonaro, que daria base para o impeachment, perde consistência, com os novos presidentes do Congresso, que desfraldam a bandeira da normalização econômica. O presidente se vale da fragorosa derrota da oposição, para retomar a plataforma de defesa da indústria armamentista, de fortalecimento do aparato policial, e de atendimento ao obscurantismo religioso.

Todo esse alvoroço colide com o processo de desintegração das forças produtivas internas. O fechamento maciço de fábricas e de pequenos negócios, a alta do desemprego, e o avanço da informalidade não terão como ser revolidos pelo governo. A saída da Ford do Brasil marca a situação da economia, e expõe a profunda subserviência do País aos monopólios. A política de colaboração de classes da burocracia sindical e incapacidade do PT, por sua vez, deixarão mais claro para os explorados o papel traidor do reformismo. Esse é o grande obstáculo, que impede as massas de recorrerem a uma resposta classista ao governo burguês ultradireitista.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de trabalhar firme na defesa das reivindicações, do programa, da tática e da organização unitária do proletariado. Não há outra resposta classista, na situação, a não ser pôr em pé um movimento local, regional e nacional contra o fechamento de fábrica, as demissões e o desemprego. Nesse terreno, se trava a luta contra Bolsonaro, o Congresso Nacional oligárquico, a burguesia e a própria política de conciliação de classes da burocracia sindical.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Vitória de Bolsonaro

Desfalque na oposição burguesa

O blefe do bloco oposicionista (PT, PSDB, MDB, PDT, PSB, DEM), de que poderia ganhar a presidência da Câmara de Deputados, com a candidatura de Baleia Rossi (MDB), ajudou o bloco do Centrão, alinhado com Arthur Lira (PP), a achacar Bolsonaro, com R\$ 3 bilhões em verbas e prometer cargos. A negociata, por outro lado, desmascarou completamente o bolsonarismo, que posou de independente, diante do Congresso Nacional.

O objetivo original de Bolsonaro e seus militares era impor um governo bonapartista (ditatorial), que governasse por cima dos demais poderes do Estado. Não deu certo. A crise econômica, a continuidade da crise política, as divisões interburguesas, as denúncias de corrupção, envolvendo seus filhos, e o fracasso das ações ditatoriais, voltadas a arrastar a classe média, como massa de manobra do governo ultradireitista e fascitizante, cortaram as asas do bolsonarismo, e diminuíram sua capacidade de voo. No entanto, nunca deixou de contar com o apoio do Congresso Nacional nas questões fundamentais, que garantiram a sobrevivência do governo, que caminhou de crise em crise.

Algumas derrotas foram interpretadas pela oposição como incapacidade do presidente de controlar o Congresso Nacional. Rodrigo Maia (DEM) foi um homem chave para a estabilização política, quando Bolsonaro e a camarilha militar se viam encurralados pelas denúncias. Usou de suas habilidades para jogar com a oposição, principalmente com o PT, que se adestrou no jogo de ajuste parlamentar.

No final das contas, os petistas se alinharam com o derrotado Baleia Rossi, mas ficaram com um posto na mesa diretora de a deputada Marília Arraes, que tinha a posição de seguir José Dirceu no apoio a Arthur Lira. No Senado, se saíram bem, com a vitória de Rodrigo Pacheco (DEM), que derrotou Simone Tebet (MDB). Ocorre que Pacheco é um homem de Bolsonaro. Isso significa que o PT ajudou a vitória de Bolsonaro pela negativa e positiva – uma dialética bem particular do reformismo em decomposição.

O MDB e PSDB, que, juntamente com o DEM, controlavam o Congresso Nacional, ao ponto de viabilizarem o golpe de Estado contra Dilma Rousseff, evidenciaram declínio e insignificância, diante da disputa pelo controle do parlamento. O PSDB se fraturou com a ação de Aécio Neves em favor de Bolsonaro, torpedeando o apoio de João Doria a Baleia Rossi. O MDB sofreu uma debandada. E o DEM deixou a turma de Rodrigo Maia “a ver navios”. Mesmo partidos como o PSB não resistiram à oferta de Bolsonaro. É o que explica a vitória estrondosa de Arthur Lira, que obteve 302 votos, contra os 145 de Baleia Rossi.

O Centrão, que congrega interesses da oligarquia do agro-negócio (“bancada do boi”), das corporações policiais e militares (“bancada da bala”), e das igrejas (“bancada da Bíblia”), atrai parlamentares de todos os lados e esmaga o partido que não lhe oferece nenhum adepto. Ficou demonstrado que, qualquer que seja o governo, depende do Centrão. Dilma não seria derrubada e Temer não teria como atravessar os dois anos de transição, sem o concurso desse núcleo duro do Congresso, que expressa o poder de setores das oligarquias regionais.

Na última eleição presidencial, houve uma grande renovação no quadro de deputados. Dizia-se que o povo havia se cansado da velha política, e que uma nova nascia. A farsa da renovação ficou

marcada pela vitória de Bolsonaro, e com ela o fortalecimento da representação oligárquica, corporativa e evangélica.

Essa composição conservadora, obscurantista e reacionária estampou a decadência da burguesia nacional. A perda de relevância do MDB, PSDB e DEM – três partidos oligárquicos que derivaram do MDB e Arena, que compunham o bipartidarismo da ditadura militar – se deve aos inúmeros fracassos, diante da crise estrutural do capitalismo, e à sujeição aos ditames do imperialismo.

O PT surgiu nas entranhas das novas relações partidárias que se gestaram, desde o final da ditadura militar. Seu lugar, no espectro partidário, que se erguia diante das massas com a máscara da democratização, foi o de esquerda reformista. Assumindo a presidência da República, completou seu ciclo de integração na política burguesa. A impotência diante do golpe de Estado quebrou a espinha dorsal do PT. Esse invertebrado, assim, pôde melhor se adaptar ao domínio oligárquico, ao custo de se afastar mais e mais da maioria oprimida. Não há nenhuma surpresa no fato de os petistas ajudarem na eleição de Rodrigo Pacheco, e seguirem Rodrigo Maia na constituição do bloco em torno a Baleia Rossi.

O PSOL não passa de um gatinho na jaula de hienas. Teve a sorte de Arthur Lira ganhar no primeiro turno. Assim, a candidatura de Luiza Erundina pôde cumprir a farsa da independência. Caso houvesse o segundo turno, havia o compromisso de votar no bloco de Maia-Rossi. Os reformistas pequeno-burgueses não têm como utilizar o parlamento, para combater a ditadura de classe da burguesia.

A disputa pelo controle do Congresso Nacional passou ao largo das necessidades das massas, atingidas pela pandemia, fechamento de fábricas, demissões e desemprego. Arthur Lira e Rodrigo Pacheco correram a se declarar favoráveis à vacinação e à retomada econômica. Em particular, Pacheco disse que tudo fará para reabilitar o auxílio emergencial. É a forma de atrair a atenção dos oprimidos. O principal compromisso dos sabujos de Bolsonaro é agilizar as contrarreformas e as privatizações.

Tudo indica que os ventos favoráveis à bandeira do impeachment perderão força. Caso se confirme, os reformistas e a burocracia sindical, mais uma vez, terão de procurar outro desvio da atenção da classe operária, que vem sendo açoitada pelo fechamento de fábricas e as demissões, e pelas mortes aos milhares pela pandemia.

A vanguarda tem de manter a defesa de que as centrais rompem com a política de colaboração de classes, e organizem o movimento nacional pelos empregos, salários e saúde pública. A resistência ao fechamento da Ford permanece, mas está se enfraquecendo, devido à posição das direções sindicais de negociarem as indenizações. Os reformistas e a burocracia servil receiam a luta de classes na situação de profunda crise sanitária, econômica e política. Têm de convencer os explorados a confiarem no Congresso Nacional, no Ministério Público e na Justiça. Ocorre que as massas não têm visto resultados a seu favor. Os novos ataques de Bolsonaro e do Congresso Nacional dificultarão ainda mais a política de colaboração de classes, que na prática leva a traições. Está colocado generalizar as reivindicações, que surgem setorialmente – como a de não fechamento da Ford – e lutar para que as centrais e sindicatos rompam com a paralisação.

Um chamado às centrais, sindicatos e movimentos

Que rompam com a política de colaboração de classes. Que organizem imediatamente a luta nacional contra o desemprego. Que comecem convocando um dia nacional de luta

26 de janeiro de 2021

O tempo passa, e a luta contra o fechamento da Ford não avança um milímetro. Tudo indica que as direções sindicais esperam que aconteça o mesmo que com a planta de São Bernardo do Campo, fechada em 2019. As negociações em torno às indenizações são uma corda colocada no pescoço da classe operária. Tornou-se comum os sindicatos aceitarem os planos de demissão, valendo-se dos malditos PDVs. Quando não são os PDVs, são os lay-offs, férias coletivas e banco de horas. As multinacionais acabaram sufocando os sindicatos, por meio da cooptação das direções burocráticas. Durante a pandemia, chegou-se a aplicar a MP 936, que permitiu aos capitalistas reduzirem jornada e salários. Assim, até ontem, as negociações entre patrões e direções sindicais eram justificadas como uma alternativa de preservação dos empregos. A lógica desse insano raciocínio acobertou e acoberta a prática capitalista de cortar a cabeça de uma parte da classe operária, para preservar outra parte. Os sindicatos, portanto, deixam de ser uma organização de toda a classe operária, quando aplicam a política de dividir os operários entre os que ficam sujeitos à demissão, e os que permanecem provisoriamente no seu posto de trabalho.

O encerramento total das atividades da Ford no Brasil lançou luz sobre essa criminoso política, que vem sacrificando as necessidades da classe operária para proteger os interesses dos capitalistas. Nem mesmo o fechamento da fábrica em São Bernardo demoveu a burocracia sindical dessa política de colaboração de classes e de sujeição às multinacionais. A direção do sindicato enganou os trabalhadores o tempo todo. Negou-se a ocupar a fábrica, e lançar um movimento pela defesa dos empregos. Em vez de coletivizar a consciência de classe sobre a necessidade da luta pelo emprego, com todos os meios disponíveis, fez o contrário: individualizou os operários com as indenizações. A direção levou os metalúrgicos a abrirem mão do funcionamento da fábrica e dos empregos, para receberem uma indenização, que nada pesa para a poderosa montadora norte-americana, e que sequer foi paga na íntegra. Esse é o mesmo caminho que se está preparando para as três fábricas da Ford, que, por uma simples decisão de sua matriz, foram extintas.

As direções sindicais dizem que foram pegadas de surpresa, que não esperavam uma medida tão drástica e inesperada, sem que os sindicatos fossem chamados a discutir. Isso é falso, uma vez que os sindicalistas tiveram o exemplo do fechamento da Ford de São Bernardo, e, recentemente, o fechamento da planta de Mercedes, no interior de São Paulo. Se é certo que não poderiam saber o dia e a hora em que a matriz tomaria essa medida catastrófica, poderiam saber que a crise capitalista vem avançando, desde a recessão de 2015-2016; sabiam que a enorme ociosidade na capacidade de produção do setor automobilístico, inevitavelmente, levaria a medidas mais duras, que as dos PDVs, etc. É dever das direções sindicais seguir a realidade econômica, para prever os ataques dos capitalistas e de seus governos aos explorados.

A verdade é que somente os metalúrgicos foram pegos de surpresa, porque estavam acreditando que, com as cabeças cortadas de seus companheiros, as suas cabeças estariam seguras. Os exemplos de Camaçari e Taubaté comprovam que a Ford obteve enor-

mes concessões dos sindicatos, que “convenceram” os operários a aceitar demissões e redução salarial. A direção sindical havia aplicado a MP 936, e feito um acordo de PDV, recebendo em troca um período de estabilidade. Os operários achavam que, aceitando a redução salarial e a perdas de direitos, estariam protegidos das demissões. Pois bem, a matriz da empresa resolveu pôr em prática uma reestruturação internacional, e desconheceu os sacrifícios impostos aos operários, e negociados pela direção sindical. A Ford desconheceu que muitas cabeças já haviam rolado, e que os operários foram levados a aceitar as demissões de companheiros, convencidos, por seu sindicato, de que essa era única alternativa possível. Esse é mais um exemplo de que a renúncia da luta pelos empregos tem como consequência o enfraquecimento da classe operária, e o fortalecimento dos capitalistas. O enfraquecimento daqueles que trabalham, e o fortalecimento daqueles que contratam a força de trabalho, aumentam a exploração e, consequentemente, a pobreza da maioria explorada.

Há décadas, as direções sindicais abandonaram bandeiras, como redução da jornada, sem redução de salários e estabilidade no emprego. Em seu lugar, admitiram a redução da jornada com redução de salários, e até mesmo a redução de salários sem reduzir a jornada. A classe operária, assim, chegou ao fundo do poço. Perdeu empregos e direitos; teve a média salarial rebaixada; sujeitou-se ainda mais à precarização das relações de trabalho com a terceirização; e foi vítima do fechamento de fábricas. O governo, Congresso Nacional e burguesia atacaram duramente, impondo as reformas trabalhista e previdenciária.

Nunca na história do país se destruiu tão amplamente conquistas e condições de trabalho do proletariado, como agora. Nunca a burocracia sindical conseguiu estilhar o movimento operário e estatizar tão rigidamente os sindicatos, como agora. E nunca pôde esmagar tão fortemente o instinto de revolta dos explorados, como agora.

Não chegamos a esse abismo por acaso. Nas bases industriais do Brasil, fortaleceu-se e se sedimentou o capital monopolista, implantado desde as potências imperialistas para o interior da economia nacional. Com ele, se forjou uma burocracia sindical profissional, que substituiu os velhos pelegos da época do nacionalismo burguês, após longos anos de ditadura militar. A divisão dos trabalhadores em várias centrais sindicais, a chegada do PT ao poder do Estado, com a eleição de Lula, e o apoio da maior parte do sindicalismo, impulsionaram a política de colaboração de classes, tanto nas questões políticas gerais, quanto nas particularidades do dia-a-dia, que envolviam o patronato e a classe operária.

Houve um desarme ideológico, político e organizativo da classe operária. A nova burocracia sindical passou a advogar o chamado sindicalismo de resultados, que, em resumo, substituiu os métodos da luta de classes pelos métodos da colaboração de classes.

Ideologicamente, os sindicatos foram submetidos a noções burguesas, de que a classe operária já não era a mesma, e que não podia trilhar o caminho da revolução. Passaram a se valer do processo de restauração capitalista e desmoroamento da União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS), para condenar a revolução e a ditadura do proletariado, tendo o PT à frente. Afirmando que o triunfo do capitalismo era definitivo, então, não restava aos explorados, senão negociar seus interesses, sem atentar contra a propriedade privada dos meios de produção, e a lei econômica da lucratividade. Politicamente, a burocracia dividiu os sindicatos sob a influência de partidos, com representação no Congresso Nacional. De maneira que sujeitaram as necessidades, os interesses e as reivindicações da classe operária a decisões do parlamento burguês. A política das centrais sindicais convergiu para o objetivo de submeter as reivindicações e as greves aos ditames da Justiça do Trabalho, e de pressionar os parlamentares no sentido de resolver os grandes conflitos da classe operária com o patronato e o governo. Organizativamente, eliminou-se a democracia operária, tanto nas assembleias, como nas eleições sindicais. Impulsionou-se o divisionismo.

Eis por que foram fechadas, nos últimos cinco anos, 36,6 mil fábricas e, somente em 2020, 5,5 mil. No entanto, os sindicatos e as centrais cerraram os olhos para essa catástrofe. Ocultaram o que se passava em suas bases, e se negaram a defender os empregos. A onda de demissões em massa agigantou o exército de desempregados, e potencializou a pobreza e a miséria das massas. No período de pandemia, as direções sindicais se sujeitaram à política burguesa do isolamento social, e contribuíram para aprofundar a passividade dos explorados, quando mais precisavam da luta coletiva, para se defenderem da incapacidade dos governantes de protegê-los da crise sanitária, e reagirem contra as demissões, redução salarial e quebra de direitos. Sob a calamidade das mortes pelo Covid-19, a Ford anunciou o fechamento de suas fábricas. Era o caso de, prontamente, os sindicatos e centrais organizarem a ocupação das fábricas fechadas, estabelecerem o controle operário da produção, e exigirem do governo a estatização da montadora, sem indenização.

Há outras formas de luta, mas a ocupação é decisiva para resistir ao fechamento, e defender a estatização sem indenização. Qualquer outro meio deve ser auxiliar desse método de combate, que atinge a propriedade privada dos meios de produção, e impulsiona a classe operária a responder, como um todo, às demissões e às contrarreformas trabalhistas. Põe à luz do dia a responsabilidade dos governos burgueses – Bolsonaro e governadores – de servirem aos interesses do capital multinacional. O que permite aproximar os explorados da estratégia própria de poder do proletariado. Era para se terem desencadeado ações nas demais fábricas, locais e regionais, mas com o objetivo de fortalecer a luta pela ocupação de fábrica, controle operário e estatização.

Diante dessa necessidade objetiva, as assembleias passivas, as vigílias e os atos ecumênicos não têm outra função, a não ser acompanhar as negociações em torno às indenizações, que, por sua vez, dependem das instituições da burguesia, dos parlamentares e dos governadores, que correm atrás de outras multinacionais, para ver se conseguem alguma transação comercial. Renunciando ao método da ação direta e se negando, em particular, o método da ocupação de fábrica, as direções sindicais colocaram o destino dos operários nas mãos do Ministério Público, da Justiça do Trabalho, governadores e parlamentares. Essa é a política que tem prevalecido no movimento sindical, cujas consequências se evidenciam na ausência da luta pelos empregos e salários.

No dia 13 de janeiro, dois dias depois do anúncio do fechamento da Ford, a CUT, Força Sindical e CTB, acompanhadas de

outras centrais, aprovaram uma nota, onde se define como tarefa fundamental “estabelecer o diálogo” com parlamentares e governadores. A única medida de ação foi a de realizar uma manifestação nas concessionárias da Ford. Essa atividade ocorreu no dia 21, sem que tivesse qualquer importância. A assembleia do Sindimeta aprovou uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, cuja única função foi a de propagandear a justificativa de que o fechamento da Ford colocava a necessidade dos sindicatos e centrais de defenderem uma política de desenvolvimento industrial, inexistente sob o governo Bolsonaro.

Essa diretriz política foi estabelecida na reunião do dia 13. As centrais afirmam que o fechamento da Ford é “mais um caso concreto do processo de desindustrialização e de desmonte das políticas de conteúdo nacional (...)”. Conclui: “de nossa parte, vamos organizar, mobilizar, resistir, enfrentar, propor e dialogar em torno de um projeto

Renunciando ao método da ação direta e se negando, em particular, o método da ocupação de fábrica, as direções sindicais colocaram o destino dos operários nas mãos do Ministério Público, da Justiça do Trabalho, governadores e parlamentares. Essa é a política que tem prevalecido no movimento sindical, cujas consequências se evidenciam na ausência da luta pelos empregos e salários.

nacional de desenvolvimento, da reindustrialização e recuperação da dinâmica virtuosa de crescimento do sistema produtivo (...)”. Em todos os sentidos, as centrais dão o fechamento da Ford como um fato irreversível, e utilizam o exemplo para canalizar as organizações operárias por trás da política reformista-utópica da reindustrialização. Essas direções anunciaram a traição aos interesses da classe operária, sem que precisassem organizar uma resistência mínima à medida da Ford. O reconhecimento e a discussão sobre a desindustrialização se dão no âmbito da política burguesa, entre aqueles que acusam como causa o “custo Brasil”, e aqueles que acusam o governo Bolsonaro de não ter uma política industrial. A burocracia sindical não faz senão refletir esse debate, como se surgisse das necessidades da classe operária.

A desindustrialização consiste no estancamento e declínio do desenvolvimento das forças produtivas. O mercado interno se estreitou, em relação à capacidade de produção. E o mercado externo não absorve a potencialidade exportadora do Brasil. Nota-se que não se trata apenas das forças produtivas nacionais, mas, sobretudo, das mundiais. Há muito, o capitalismo se depara com a crise de superprodução. O processo de quebras econômicas vem avançando, desde a hecatombe de 2008-2009. O que resultou e resulta em destruição de parte das forças produtivas mundiais. O Brasil foi um dos países que mais se ressentiu da crise de superprodução. A América Latina como um todo foi atingida, e o Brasil não poderia ser uma exceção, como teria de refletir a contundência das quebras mundiais, na forma de desindustrialização. O avanço do comércio e serviços, em detrimento da indústria, é um fenômeno que expõe prematuramente, no Brasil, as contradições nas quais estão mergulhadas as velhas potências imperialistas. É preciso ter claro, no entanto, que a diminuição relativa do peso da indústria nos Estados Unidos, Europa e Japão teve, em contrapartida, o agigantamento industrial da China.

No Brasil, a indústria detinha 35% do PIB, nos anos de 1990, caindo para 11,2% na atualidade. Eis por que vozes da própria burguesia dizem que o País está cedendo espaço das manufaturas para as commodities (agropecuária, mineração). Ocorre que o Brasil é um país semicolonial, cuja industrialização dependeu, em

grande medida, dos monopólios e do capital financeiro internacional. Esgotado o período da Segunda Guerra Mundial e da reconstrução do pós-guerra, a contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações de produção emergiram, e passaram a ditar o novo curso da crise estrutural do capitalismo. Essa simples síntese é suficiente para desfazer a farsa de que a desindustrialização é consequência da ausência de uma política industrial.

O fechamento de fábricas e demissões em massa não se devem a erros de orientação governamental, embora possam agravar e acelerar as tendências da desintegração econômica. Devem-se às travas dos monopólios, e do parasitismo financeiro ao avanço das forças produtivas. Está claro que a superprodução, o excesso de força de trabalho não utilizada, o vultoso subemprego, a crescente pobreza e miséria, combinados com o gigantesco saque ao Tesouro Nacional, por meio da dívida pública, dos subsídios aos monopólios, e desperdício de toda a ordem conduzem, inevitavelmente, às quebras econômicas, atingindo profundamente a indústria. Certamente, esses fatores ocupam lugares e pesos particulares na estrutura geral da economia capitalista, e no seu funcionamento contraditório. A classe operária e demais explorados arcam duramente com a estagnação e mutilação das forças produtivas. Os reformistas se apoiam no governo do PT, principalmente na gestão de Lula, para alimentar a ilusão sobre a possibilidade do próximo governo reverter esse quadro de decomposição econômica e social.

As direções sindicais abraçaram essa impostura burguesa para justificar a renúncia da defesa da força de trabalho, que é o componente básico das forças produtivas. Anularam os sindicatos como organização coletiva do proletariado frente à burguesia e ao Estado. Anularam até mesmo a sua função de defender o valor da força de trabalho e os empregos. A conduta capituladora diante do fechamento da Ford indica a posição contrarrevolucionária da camarilha burocrática. A ocupação da Ford e a implantação do controle operário abririam um caminho para a luta geral contra os milhares de fechamentos de fábricas e o desemprego massivo. Esse é passo obrigatório para que o proletariado assuma a defesa e a condução das forças produtivas contra a propriedade privada dos meios de produção em geral, e os monopólios, em particular. As direções dos sindicatos e centrais estão agindo como um poderoso obstáculo aos métodos, meios e programa de luta da classe operária, nas condições de decomposição do capitalismo e potenciação da barbárie. A defesa da indústria nacional não pode ser feita por nenhuma fração da burguesia, e nenhum governo burguês. Só pode ser feita pelo proletariado, organizado em torno ao programa da revolução socialista, da estratégia da ditadura do proletariado, e do combate pela constituição de um governo operário e camponês.

É evidente que não estamos diante de tais condições revolucionárias. Mas, também é evidente que as condições objetivas de desintegração do capitalismo colocam exigências próprias de uma situação revolucionária. É o caso de milhares de fábricas fechadas, e da supressão das unidades da Ford por uma simples ordem da matriz. Essa é a condição objetiva que colocou na ordem do dia a ocupação das fábricas, controle operário da produção e estatização sem indenização. Ações como essas são próprias de um momento em que a burguesia nacional se mostra incapaz de resolver a crise, e o proletariado tem tudo para se levantar como classe revolucionária. No momento em que esse passo for dado, os explorados verão, na prática, que a propriedade privada dos meios de produção é a fonte do atraso econômico do país semicolonial, e da impossibilidade do livre desenvolvimento das forças produtivas. Incontáveis representantes da burguesia dizem que o Brasil tem um potencial inexplorado e atravancado. Isso é verdade. Não

podem dizer, no entanto, que tal potencialidade se encontra sob o domínio dos monopólios e do capital financeiro parasitário. A expropriação do grande capital e a estatização abrirão caminho para um planejamento econômico, necessário para dar um salto à frente nas forças produtivas. Esse programa proletário emerge diante do chamado processo de desindustrialização.

A poderosa camisa de força que desfigura as organizações sindicais tem de ser rompida. E não há outro meio para destruí-la, a não ser impulsionando a luta de classes, encarnada instintivamente pelo proletariado e demais explorados. Desde que a crise econômica e política se instalou, principalmente após a derrocada econômica de 2014 em diante, se rompeu o período de conciliação de classes sob o governo do PT. Isso se deve à impossibilidade da burguesia e seus governos, de conservarem um certo equilíbrio na relação entre exploradores e explorados, necessário à exploração das massas, sem que a luta de classes se manifeste como um fator determinante da situação. A recessão de 2015-2016 abriu um período em que a conciliação se choca com as necessidades das massas e as direções se vêm obrigadas a se colocarem abertamente como traidoras e contrarrevolucionárias. É o que ocorreu com as greves gerais de abril de 2017, e junho de 2019, com o cancelamento do dia Nacional de Luta de 18 de março de 2020, e, agora, com a ausência de uma resistência ao fechamento da planta da Mercedes e da Ford.

A vanguarda com consciência de classe deve aproveitar as condições favoráveis, para combater a burocracia em todos os aspectos, no plano programático, tático e estratégico. A propaganda e agitação firmes e sistemáticas pela ocupação da Ford, controle operário e estatização sem indenização, travadas pelo POR, estabeleceram uma divisão inconfundível entre duas políticas: a do proletariado e a da burguesia, assumida pela burocracia sindical. Vimos que a central dirigida pela esquerda centrista (PSTU), CSP-Conlutas, levantou a bandeira "*Nacionalização e estatização da Ford e de todas as empresas que demitem*". No entanto, a Conlutas tem se mostrado uma nulidade, na prática. Não se colocou pela ocupação e controle operário, a serem defendidos nas assembleias, e desenvolvidos na forma de campanha nas fábricas e movimentos. O oportunismo se caracteriza por ser radical nas palavras e conservador na prática, quando não reacionário. De forma que a Conlutas se diferenciou da burocracia traidora em palavras, mas não na ação concreta.

É necessário que a vanguarda com consciência de classe se coloque com toda firmeza sob as bandeiras capazes de levar a classe operária a combater o fechamento das fábricas, as demissões e o desemprego. Defendê-las em todas as circunstâncias e locais. Os operários saberão distinguir a política do proletariado e a da burocracia aburguesada, ainda que se encontrem controlados e passivos. É no embate entre essas duas políticas que se fortalecerá o trabalho voltado à superação da crise de direção revolucionária. A luta nesse terreno objetivamente favorável, mas subjetivamente desfavorável, fortalecerá a vanguarda com consciência de classe, e a solidificará no seio do proletariado e da maioria oprimida. É com essa crítica contundente às direções, e com a defesa da independência política e organizativa diante da burguesia, que se pode defender o rompimento dos sindicatos e das centrais com a política de conciliação de classes, e trabalhar pela constituição de uma frente única de ação, tendo por norte a luta contra o fechamento das fábricas, demissões e desemprego.

O POR faz um chamado à classe operária, à juventude oprimida e à vanguarda com consciência de classe, para que assumam a luta contra o fechamento de fábrica, por meio da ocupação, controle operário e estatização sem indenização.

Campanha do POR contra o fechamento da Ford

Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe, de 25 de janeiro, distribuído na vigília e na assembleia dos metalúrgicos de Taubaté, de 1º de fevereiro.

Política Operária

Chegamos a um momento difícil. É preciso que as direções dos sindicatos mudem a sua política.

Companheiros da Ford, a montadora não vai arredar pé em sua decisão, a não ser que mudemos o caminho de nossa luta. Está claro que, se ficarmos passivos, perderemos os empregos. Nossas assembleias e vigílias precisam mudar o rumo de nossa luta. É preciso ocupar as fábricas que estão sendo fechadas, de maneira unificada.

Companheiros, não devemos aceitar que as direções dos três sindicatos (Taubaté, Camaçari e Horizonte) negociem os nossos empregos, em troca de indenizações. Temos de reagir e dizer que não aceitamos trocar demissões por indenizações. Temos de dizer que os empregos são a única fonte de nosso sustento, de nossa existência. O dinheiro da indenização acaba logo. Um novo emprego é muito difícil de encontrar. A maioria de nós cairá no subemprego.

Não podemos nos iludir com os números negociados entre a Ford, o Ministério Público e os sindicatos. Não podemos, também, permitir que nos individualizem, como se fosse cada um por si, achando que, com a indenização, todos ficariam protegidos por um período. Sabemos que um companheiro de fábrica

tem mais problemas que outro. E que o emprego nos une e nos protege contra o subemprego e a pobreza.

Nenhum operário consciente pode abrir mão do emprego, por maior que seja a indenização. Já devíamos, desde o primeiro dia, ter ocupado a fábrica. Assim, nossa luta contra o fechamento da Ford estaria firme.

Companheiros da Ford, não existe nada mais necessário e concreto do que ocupar a fábrica, antes que seja tarde demais. Temos de exigir que as direções sindicais preparem imediatamente nosso movimento de ocupação.

O Boletim Nossa Classe tem apoiado e defendido a luta dos metalúrgicos da Ford, com as bandeiras: ocupar a fábrica fechada, impor o controle operário da produção, e exigir que o governo estatize a montadora, sem pagar nenhum tostão para ela, sem fazer nenhuma indenização aos capitalistas. O Boletim Nossa Classe defende que as assembleias constituam comitês de base, para percorrer as fábricas vizinhas, em defesa dos empregos e da estatização. Trabalha para que o movimento convoque assembleias populares nos



bairros e formem os comitês, para unir empregados e desempregados. Assim, nosso movimento se fortalecerá com o apoio ativo e participação de outras fábricas e dos bairros operários.

Nossa luta é pela estatização da Ford, sem nenhuma indenização do governo

A estatização é uma medida que o governo pode tomar, contra o fechamento das fábricas. Assim, a Ford passaria do controle privado do capitalista para o controle nacional do Estado.

Sabemos que não há interesse do governo Bolsonaro e dos governadores, Doria/SP, Rui Costa/BA e Camilo Santana/CE, em atacar os interesses da montadora, para defender os empregos. Está aí por que a defesa da estatização e dos empregos é uma luta política da classe operária, tanto contra a multinacional exploradora, quanto contra os governos burgueses, que protegem os interesses dos capitalistas.

Ninguém vai defender os empregos, a não ser nós mesmos da classe operária. Nossa luta pela estatização, em defesa dos empregos, depende de organizar um amplo movimento da classe operária. E esse movimento tem de começar por nós mesmos. A primeira medida a ser tomada é a de aprovar na assembleia a luta pela estatização, sem que o governo indenize com um só centavo a Ford.

O Boletim Nossa Classe vem defendendo a ocupação da fábrica e controle operário da produção, como meios de luta concretos para exigir do governo a estatização da fábrica.

É necessário lutar pelo controle operário da produção



Em nossas assembleias, as direções dos sindicatos mostraram que a Ford e demais montadoras receberam bilhões de reais de incentivos dos governos. Isso quer dizer que lucraram muito, com a nossa exploração e com o dinheiro público. Somente essa informação é suficiente para que a Ford seja estatizada, sem indenização.

Mas nenhum governo que aí está vai enfrentar a poderosa multinacional. Por isso, o Boletim Nossa Classe diz que tudo

depende de nós mesmos, ou seja, da classe operária. A ocupação da fábrica é uma medida para que o seu controle passe, das mãos dos capitalistas da Ford, para nossas próprias mãos. Com a ocupação e a formação de comitês de fábrica, começamos a ter o controle operário da produção.

Uma das primeiras medidas será abrir a contabilidade da montadora, para mostrar a toda a classe operária o quanto ela lucrrou, e o quanto encheu os cofres de sua matriz nos Estados Unidos. É assim que vamos saber o verdadeiro montante de recursos que o Estado brasileiro deu às montadoras. O controle da produção depende e começa com as ocupações das fábricas. Somente assim, podemos descobrir exatamente os segredos comerciais da empresa que fecha e nos demite.

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha firme e sistemática em torno das bandeiras de: Ocupação, Controle Operário e Estatização. Essa é a luta concreta que pode reverter o fechamento da Ford, e garantir, não só nossos empregos, mas também os milhares de empregos que estão sendo destruídos em todo o país.

Posição da classe operária diante da chamada desindustrialização

O fechamento da Ford provocou a discussão sobre a desindustrialização no Brasil. Estudos mostram que, somente no estado de São Paulo, foram fechadas 4.451 indústrias, em 2015. Entre 2015 a 2020, foram fechadas 36.600 empresas, no Brasil. Somente em 2020, 5.500 fábricas cerraram suas portas. Os empregos na indústria já vinham caindo, dia a dia, durante décadas. E o desemprego geral superou os 14 milhões. Mais da metade da força de trabalho está desempregada ou subempregada.

Como se vê, as demissões em massa e o crescimento do desemprego é o principal problema para a classe operária. O fechamento de fábricas é uma medida tomada pelos capitalistas, a despeito das necessidades dos explorados. É a partir desse ponto que a classe operária deve se colocar diante da chamada desindustrialização. Ou seja, começamos lutando contra o fechamento de fábricas, e contra qualquer demissão nas fábricas que continuam funcionando.

As direções sindicais estão dizendo que devemos lutar por uma “política industrial”. Explicam que a desindustrialização é consequência da falta dessa política industrial de desenvolvimento nacional. Essa explicação não condiz com a verdade. O fechamento de fábricas e a diminuição de empregos resultam da crise de superprodução capitalista. Basta ver que a indústria automobilística tem capacidade para produzir 5 milhões de carros por ano, mas só vende 2 milhões e 500 mil unidades. Isso se passa em toda a indústria, dominada pelos monopólios internacionais.

Os principais motivos da crise de superprodução são: 1) pobreza e miséria da maioria da população; 2) gigantesco desemprego e subemprego; 3) necessidade das empresas de se renovarem constantemente, com novas tecnologias, aumentando assim a capacidade de produção.

A luta da classe operária, portanto, não consiste em defender que um novo governo burguês tenha uma política industrial desenvolvimentista. A nossa luta é para acabar com a propriedade privada dos meios de produção, expropriando os capitalistas, por meio da revolução proletária e de um governo operário e camponês. É certo que o nosso problema no momento se concentra na luta contra o fechamento da Ford, e na defesa dos empregos a toda a classe operária.

Está aí por que o Boletim Classe vem insistindo e repetindo que a defesa dos empregos na Ford exige a ocupação da fábrica, o controle operário, e sua estatização. As direções sindicais que estão negociando as indenizações não estão lutando contra o fechamento da Ford. Está aí por que vêm com a conversa de que devemos eleger um novo governo, que tenha uma política industrial para o Brasil. Devemos rejeitar essa farsa, e lutar contra o fechamento da Ford, e de qualquer outra fábrica, com nossos métodos próprios de luta. Devemos também defender a redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho).

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Que as centrais sindicais convoquem imediatamente um dia nacional de luta pelos empregos, salários e saúde pública

O Boletim Nossa Classe vem defendendo que as centrais sindicais organizem um movimento nacional em defesa dos empregos, salários e saúde pública. O fechamento da Ford e, recentemente, de uma planta da Mercedes, é o ponto de partida para defender a estatização das fábricas fechadas, readmissão dos trabalhadores, criação de frentes de trabalho

em obras públicas emergenciais, ocupação de fábricas, e controle operário da produção.

As centrais, sindicatos e movimentos têm a obrigação de constituir uma frente única de luta, em defesa dos empregos, salários e saúde pública. Diante da pandemia, exigir a vacinação universal, começando pelos bairros pobres e miseráveis.

O Boletim Nossa Classe defende a unidade de todos os trabalhadores, empregados e desempregados, contra as demissões e o desemprego. Defende que as centrais convoquem assembleias em todo o País, que os sindicatos constituam os comitês de base, e que organizem manifestações, a começar imediatamente por um dia nacional de luta.

O POR na vigília do dia 28/01

Na vigília, estavam apenas 10 operários. Número três vezes menor, comparado ao encontrado da primeira vez. Logo reconheceram que se tratava dos militantes do Nossa Classe. A conversa com os operários durou aproximadamente uma hora e meia. Um dos pontos de discussão foi a aposentadoria. Os operários alegaram receio de não se aposentar, caso se concretize o fechamento da multinacional. Apesar de possuírem muitos anos de trabalho na própria Ford – o mais novo possuía onze anos de casa –, temem não encontrar novo emprego. Os operários responsabilizaram os governos e sua política econômica, pelo fechamento da Ford. Entendem que o caso da Ford Taubaté se dá em meio ao fechamento de várias fábricas mundialmente, em cumprimento à resolução internacional para a produção de carros elétricos. Assim, a responsabilidade dos governos seria a de não adotar uma política econômica que se ajustasse a essa nova tendência de modelos automotivos.

Quando os militantes colocaram a proposta de ocupação e a estatização com controle operário, os trabalhadores responderam o seguinte: 1) o mercado não aceitaria os motores produzidos por uma fábrica ocupada; 2) a estatização implicaria necessariamente em abertura de concurso público, o que então não garantiria os empregos. Além de que, a estatização permitiria a corrupção e o roubo do dinheiro público, como no caso da Petrobrás. Ao defendermos os Comitês de fábrica, os operários responderam que são contrários à sua constituição. Alegaram temer que um trabalhador se corrompa e se volte contra o movimento, por meio dos comitês. Ao perguntarmos por que não ocuparam a fábrica, responderam que, no dia do anúncio da multinacional de encerramento da produção em Taubaté, os operários estavam todos dentro da fábrica, o que permitiria tal ocupação. No entanto, a direção do sindicato convocou os operários a se retirarem, propondo a vigília. Por fim, concluíram que a ocupação pode ser entendida como “baderna”.

Diante da colocação sobre a crise da economia capitalista, disseram que a crise é do governo, “que não sabe gerenciar”. Nesse momento, um operário disse “o PT, que era nosso governo, não fez nada para mudar esta situação, agora quer que este governo que está aí mude”. Por fim, havia uma queixa geral sobre o isolamento da vigília. E manifestaram otimismo com a carreta a Aparecida do Norte, que se realizaria no dia seguinte, para dar a visibilidade ao movimento.

Nossa resposta às opiniões dos operários

É certo que o governo é responsável pelo fechamento da Ford. Mas não porque deixou de continuar com subsídios às montadoras. É responsável porque não tomou nenhuma medida contra o fechamento da montadora e as demissões. Que medidas Bolsonaro poderia tomar? 1) expor à população o quanto a Ford lucrou com os subsídios estatais; e mostrar o montante de remessa de lucros, durante dezenas de anos; 2) decretar a estatização sem indenização. É só nesse sentido que o governo é responsável. Outra pergunta: Por que Bolsonaro não faz isso? Em vez de impedir o fechamento da Ford, disse que “vá embora”. Lavou as mãos, não se importando com as demissões e o aumento do desemprego. Bolsonaro fez o que qualquer outro governo burguês faria, mesmo se fosse o do PT. Isso porque não pode atacar a propriedade privada dos capitalistas. Vejam que Bolsonaro está

Se não lutamos pela estatização sem indenização, aceitamos o fechamento da Ford, que pagará uma ninharia pelas nossas demissões. É o que estão fazendo as direções dos sindicatos.

desestatizando, privatizando as estatais. Se é assim, então, porque o Boletim Nossa Classe defende a estatização sem indenização? Porque é a única forma de impedir que a montadora feche as portas. E porque é do interesse da classe operária e da maioria dos trabalhadores. E porque é a forma de defender a economia nacional contra o domínio dos monopólios imperialistas, que exploram e saqueiam o país. Tem mais uma coisa ainda. A luta pela estatização se contrapõe ao governo de Bolsonaro e, inclusive, aos governadores Doria, Camilo e Costa, que só enganam, com o palavreado de que estão fazendo tudo para achar uma solução. Se não lutamos pela estatização sem indenização, aceitamos o fechamento da Ford, que pagará uma ninharia pelas nossas demissões. É o que estão fazendo as direções dos sindicatos.

O argumento de que estatizar significa corrupção e roubo vem daqueles que defendem os interesses dos capitalistas. O próprio governo Bolsonaro procura convencer a população de que está privatizando para acabar com os privilégios e corrup-

ção. A verdade é que entrega as estatais para favorecer grupos econômicos. Os privilégios e a corrupção existem. Mas, a forma de combater essa chaga é a classe operária lutar pelo controle operário da produção. Assim, acabaria com os segredos comerciais e com a jogatina, que fazem os diretores das estatais, a mando dos próprios governos. Vocês vêm que os privilégios e a corrupção estão instalados nos governos, no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas dos estados e nas Câmaras Municipais. Isso porque os governantes estão submetidos ao jogo de interesses dos empresários. O argumento de que com a estatização teriam os concursos é mais uma falsificação daqueles que são a favor da propriedade privada. A estatização da Ford sem indenização somente é possível se houver um movimento organizado e unitário da classe operária. O que exigiria dos operários da Ford ocupar a montadora e, inclusive, efetivar os terceirizados, sem concurso.

O Boletim Nossa Classe defende a ocupação, controle operário e estatização sem indenização. Seria uma grande conquista dos trabalhadores a estatização, que garantiria a continuidade dos operários nos seus postos de trabalho. Essa conversa de que a ocupação leva à “baderna” só serve à Ford, ao governo que não quer estatizar, e à direção sindical que não quer que os operários ocupem e lutem pela estatização. A “baderna”, essa sim, foi criada pelo fechamento da fábrica.

A parte mais significativa de nossa conversa foi quando perguntamos por que não ocuparam a fábrica, dizendo não vamos permitir o fechamento e as demissões. O relato de que estavam no interior da fábrica quando receberam a notícia, e

que o sindicato orientou que saíssemos e ficássemos em vigília demonstra o erro dessa orientação. Para que serviria a vigília? A explicação da direção foi de que seria a forma de impedir que se retirassem o maquinário. Como se, dentro da fábrica ocupada, os operários não pudessem também impedir a retirada das máquinas. Mas existe também uma outra explicação. Enquanto a vigília cuidasse para que as máquinas não fossem retiradas, os sindicatos negociariam uma solução com a Ford. Que solução poderia ser? Convencer a multinacional de desistir de sua medida? Tudo indica que a resposta é não. A direção sindical sabia perfeitamente que a matriz não recorreria ao fechamento, se não fosse para valer. Somente sobre uma possibilidade: a de aguardar as negociações em torno às indenizações. Está claro que a diferença entre a vigília e a ocupação é que uma serve às indenizações e a outra à luta contra o fechamento e em defesa dos empregos. Como se vê, as duas formas expressam conteúdo diferente. Ao sair da fábrica de cabeça baixa, acatamos a violenta decisão da empresa de nos demitir. A resposta correta tinha de ser: companheiros, ocupemos a fábrica, daqui não sairemos e lutaremos pelo não fechamento. O motivo da direção sindical pedir que todos saíssem é que respeita a propriedade privada da fábrica e acata as ordens de seus proprietários. Ao respeitar a propriedade privada e acatar as ordens, a direção sindical aceita o fechamento e as demissões. Está aí por que nenhum dos sindicatos envolvidos tem combatido de fato pelo não fechamento, que obrigaria a desrespeitar a propriedade privada, e não acatar nenhuma ordem dos exploradores. Somente assim a direção sindical estaria empenhada na luta pelos empregos.

INTERVENÇÃO DO POR NA ASSEMBLEIA DE 1º DE FEVEREIRO



Fala do POR, 1º de fevereiro de 2021

O POR esteve presente à assembleia com o Boletim Nossa Classe. Antes de iniciar a assembleia, os militantes conversaram com os operários que estavam na vigília e os que chegavam. Havia uma

preocupação com a pouca participação dos demitidos, tanto nas assembleias, que ocorrem às segundas-feiras, quanto com as vigílias. Alguns disseram que quando estavam ali (se referindo às atividades) ficavam mais animados, mas em casa sentiam a pressão da família. Mas, havia uma certa unidade na confiança de que o sindicato estava fazendo o possível para reverter a situação. Os operários pegavam o Boletim e dobravam. Foi com a intervenção do partido no carro de som que chamou a atenção para a leitura do Boletim.

A assembleia foi aberta com uma saudação às correntes e ao Sindicato Metalúrgico do ABC. Logo em seguida, abriu para a intervenção do POR. O ponto principal foi mostrar que é possível e necessário defender os empregos na Ford, com a ocupação, controle operário e luta pela estatização sem indenização, sem nenhum centavo para a Ford. E que as centrais e sindicatos tinham de mobilizar, não só no local, mas no país, organizando um movimento nacional, unitário, com

as reivindicações e os métodos da classe operária. Que a luta contra o fechamento da Ford é parte a luta contra milhares de fábricas que vêm sendo fechadas e contra a destruição de postos de trabalho. Ocupar a fábrica e defender a estatização é a forma mais firme que a classe operária tem para defender os empregos. Depois, foi a vez da CST/PSOL, que enfatizou dois pontos: a falta de uma política de industrialização; e a necessidade de um “calendário nacional de luta”. Encerrou, dizendo que “não podemos confiar em negociação com patrão ou com o governo”. Observamos que essa corrente não apresentou nenhuma proposta concreta de defesa dos empregos. O representante do Sindicato Metalúrgico do ABC se limitou (em palavras) a dizer que são necessárias “ações concretas”. Deu o informe que a Força Sindical, CUT e CTB estarão encaminhando uma denúncia do fechamento da Ford ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em Brasília.

Após essas intervenções, o coordena-



dor do Comitê Sindical passou a palavra para o advogado do sindicato, que fez uma “análise da questão jurídica”. Declarou que “o sindicato sempre busca resolver as questões de forma negociada” (explicitando a política de conciliação) e que, quando necessário, atuam no campo judicial. Segundo o informe, até o momento, a prioridade do sindicato tem sido intervir em âmbito institucional, visando a “sensibilizar” o Ministério Público, de modo a abrir inquéritos sobre a Ford. Foi informado de que a licença remunerada dos operários termina dia 18, e que estão atuando para que a remuneração seja estendida para até a data de solução do impasse.

A partir daí, iniciou-se a assembleia. O representante do Comitê Sindical fez um longo discurso, mostrando a irresponsabilidade da Ford, a falta de uma política industrial nacional por parte do governo, e uma crítica aos meios de comunicação, que não deram importância à greve ao Santuário de Aparecida do Norte. Apresentou a proposta de fazer uma lista de presença na assembleia, para que todos estivessem presentes. Em seguida, ocorreram duas intervenções dos dirigentes do sindicato. O primeiro deles disse que a principal luta é para que a Ford recue na decisão de fechamento, mas que “a alternativa é a negociação”. Fez então um relato sobre o andamento das negociações. Informou que, na primeira reunião, a empresa apresentou uma proposta de indenização de 0,83 a 0,85 salários por ano trabalhado, que foi rejeitada pelo sindicato. Na segunda, o sindicato apresentou uma contraproposta que considerava ser “justa”, e que também foi rejeitada pela empresa (sem apresentar qualquer detalhe de qual seria essa proposta – na assembleia do dia 22/01, a direção sindical informou que seria de 2 salários por ano trabalhado). Na terceira, não houve qualquer acordo ou proposta apresentada por qualquer uma das partes. O dirigente concluiu, dizendo que o sindicato

A luta pela estatização exige a ocupação da fábrica, e em torno à ocupação, organizar um grande movimento da classe operária e demais explorados. Assim, se colocaria a luta política para que, nas demais fábricas fechadas, os metalúrgicos rejeitassem a via das indenizações, e também se colocassem pela ocupação, controle operário e estatização sem indenização.

aguarda, na quarta reunião, uma contraproposta da empresa, e que, a partir de agora, o sindicato passaria a trazer as propostas apresentadas pela empresa para a votação em assembleia, independentemente de seu conteúdo, e mesmo que fosse para os trabalhadores, simbolicamente, “rejeitarem a proposta”. Um segundo dirigente falou da importância de manter a união dos trabalhadores em luta, e fez uma crítica aos trabalhadores que estão ficando em casa, sem comparecer à assembleia e à vigília. Propôs, então, que a partir das próximas, fosse passada uma lista de presença, para demarcar os trabalhadores que estão comparecendo às assembleias. A proposta foi aprovada.

No final, o presidente do sindicato destacou as “quatro frentes” em que a luta contra o fechamento da Ford vem sendo travada. Seriam elas: a frente nacional, composta por sindicatos e centrais; a frente de negociação com a empresa; a frente dos poderes públicos; a frente jurídica. Concluiu fazendo a defesa verbal da reversão do fechamento da fábrica, nacionalização ou estatização.

Após o encerramento da assembleia, Claudião, presidente do sindicato, se dirigiu aos militantes do POR, questionando sobre o problema da indenização. Disse que era mentira que o sindicato estava negociando indenização, e que essa negociação é feita pelo sindicato de Camaçari. Disse que aceita toda crítica e apoio, mas que não aceita mentira. Diante dessa colocação, os militantes mostraram que o Boletim estava voltado aos três sindicatos. E enfatizaram que as negociações, sem uma luta pela ocupação, controle operário e

exigência que o governo estatize a Ford sem indenização levaria, necessariamente, às indenizações.

Nossa avaliação sobre a assembleia

A colocação no final da assembleia de que o sindicato estaria trabalhando pela reversão do fechamento da fábrica, estatização ou nacionalização foi importante. Não vimos os sindicatos de Camaçari e Horizonte se colocarem pela estatização. Pelo contrário, a direção de Camaçari dirige o movimento em duas direções: 1) aguarda as negociações do governador Rui Costa (PT), em torno à venda da Ford a uma outra montadora; 2) obter uma “indenização justa”. Considera que a reversão do fechamento é impossível. Essa posição foi colocada na assembleia do dia 2 de fevereiro. A maior probabilidade é que tudo acabe em indenização. O sindicato de Horizonte está bem quieto, uma vez que as atividades da fábrica serão extintas no final do ano. Eis por que avaliamos como importante a direção do sindicato de Taubaté colocar para a assembleia a via da estatização. O problema é que não vai das palavras à prática.

A luta pela estatização exige a ocupação da fábrica, e em torno à ocupação, organizar um grande movimento da classe operária e demais explorados. Assim, se colocaria a luta política para que, nas demais fábricas fechadas, os metalúrgicos rejeitassem a via das indenizações, e também se colocassem pela ocupação, controle operário e estatização sem indenização. Mais ainda, se colocaria a luta política para que as centrais sindicais

rompessem com a política de conciliação de classes, e se lançassem à luta contra o fechamento das fábricas e pelos empregos. Se a estatização não for colocada na prática, como objetivo concreto a ser alcançado pela luta, de nada servirá.

A vigília e as ações jurídicas e institucionais estão sendo desprezadas pela Ford, que já revelou o montante para indenizar as concessionárias, fornecedores e demitidos. O governo e a justiça não farão outra coisa, senão contribuir para que a Ford consiga resolver seu problema com os empresários e trabalhadores, por meio das indenizações. Vemos que a posição positiva do sindicato de Taubaté acaba se anulando, porque não toma medidas práticas, e não trava a luta política contra aqueles que consideram irreversível o fechamento. Basta essa divisão entre os três sindicatos e as três centrais para que os capitalistas da Ford durmam tranquilos. No final das

contas, os metalúrgicos de Taubaté terão de aceitar a indenização. Faltou essa clareza na assembleia.

Um outro ponto foi a aprovação da lista de presença, que deverá ser passada na assembleia. A diminuição gradativa da presença dos demitidos tem uma explicação. Faltou essa discussão. Entendemos que está refletindo o fim da esperança de ter os empregos de volta. Assim, prevalece a consciência individual de que, indo à assembleia, ou ficando em casa, é a mesma coisa. Não será forçando a presença com uma medida administrativa que se mudará a consciência dos que não comparecem às assembleias e às atividades.

Sobre a reclamação do presidente do sindicato, de que aceita o apoio, mas não a mentira, é preciso esclarecer. O Boletim Nossa Classe faz a avaliação de que os sindicatos não têm outra solução, senão negociar as indenizações, isso porque não orientaram os operários a ocuparem

as fábricas, e lutarem pela estatização da Ford sem indenização. Não temos como ter a informação de como andam as negociações de cada sindicato com a empresa. Sabemos pelo informe da assembleia de Camaçari que já se discute o valor das indenizações. Isso é suficiente para comprovar que o Boletim está certo. Na própria assembleia de Taubaté, houve informe de que a empresa havia apresentado uma proposta de indenização, e que o sindicato a rejeitou. E que foi apresentada uma contraproposta, mas empresa a rejeitou. Isso indica que o sindicato discutiu a indenização. Então, não entendemos por que o presidente do sindicato acha que mentimos. Se isso fosse certo, Claudião poderia ter pedido na assembleia que fizéssemos um esclarecimento. Não temos problemas em corrigir um erro de informação, caso tivesse ocorrido. Mentir jamais! Isso é um princípio da política revolucionária do proletariado.

O significado político da carreata a Aparecida do Norte

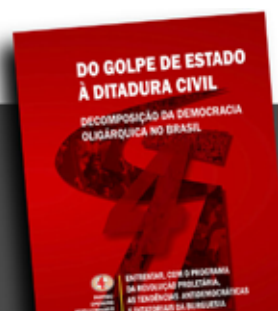
A direção do sindicato acredita que *"a fé move montanhas"*. Se fosse uma convicção individual, não teria nenhuma importância para a luta contra o fechamento da Ford. Mas, promoveu um *"ato ecumênico"* na fábrica, em que um padre e dois pastores chamaram os demitidos a confiarem na justiça divina. O pastor Jesiel disse: *"dias maus têm para todos nós. O detalhe é como vamos enfrentar os dias maus"*. O religioso aboliu o fato de que se tratava de um ataque do capital contra o trabalho. E o que *"detalhe"* estava em que, se os operários atingidos não se rebelassem contra o capital, estariam fadados à derrota do movimento contra o fechamento da fábrica. O que remove o capital de impor o desemprego é a luta de classes. Ocorre que, ao proferirem as palavras de *"esperança, ânimo e fé"*, exortaram os operários a não lutarem, mas a acreditarem que bastaria a fé para convencer os frios capitalistas a renunciarem seus interesses econômicos, em favor das necessidades dos trabalhadores, que têm como única fonte de sobrevivência o emprego. Assim se preparou a carreata até o Santuário de Aparecida.

O representante do Comitê Sindical reclamou na assembleia que a imprensa não deu nenhuma importância à carreata de 300

carros. Como se vê, a carreata *"Lutar com fé eu vou"* não conseguiu sequer uma concessão da imprensa burguesa. Para esse tipo manifestação, compareceram representantes do sindicato metalúrgico do ABC, São José dos Campos, dos Correios, bancários, condutores do Vale do Paraíba, Sindipetro, CUT e deputados. Com toda certeza, não fariam o mesmo, se fosse para combater, nas fábricas, nas ruas e nos bairros, o fechamento de fábricas e demissões. Mas, para mostrar fé e jogar palavras ao vento, lá estavam todos os reformistas.

A proposta de rezar para que não se percam os empregos se apoia e reforça a tendência ao desespero entre os operários. A experiência já mostrou que a fé não move montanhas, mas tem como minar o ódio de classe dos explorados contra os exploradores, dos famintos contra os burgueses e seus governos. A religião, não só se assenta na propriedade privada dos meios de produção, como dela faz parte. Ocupar as fábricas é um sacrilégio para qualquer uma das igrejas. Usar a força da luta de classes é uma violência condenada pela religião, embora não condene a burguesia por usá-la diariamente contra a classe operária e a maioria oprimida, para proteger a propriedade privada.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Assembleia de 3 de fevereiro

Dois dias depois da assembleia de 01/02, ocorreu uma nova assembleia. Foi apresentada uma proposta da Ford: 1) 1,1 salário por ano trabalhado, para os horistas; 2) 0,7 salário por ano trabalhado, aos mensalistas. A direção do sindicato mostrou que *“a indenização ficaria abaixo dos valores que os funcionários receberiam até o fim deste ano, entre salários e benefícios”*. O representante sindical na Ford, Sidivaldo Borges, explicou que a indenização proposta pela empresa seria *“apenas a antecipação dos valores dos meses de fevereiro a dezembro”*, uma vez que o cálculo da indenização *“leva em conta que os trabalhadores e trabalhadoras na Ford têm estabilidade no emprego até 31 de dezembro”*. Como se vê, a multinacional norte-americana sequer está propondo uma indenização. Sua proposta se limita a pagar os salários até o fim da estabilidade. Segundo o sindicalista, *“os trabalhadores buscam, neste momento, não a indenização, mas a reversão da decisão da montadora”*. A esperança é de conseguir uma reunião com o presidente global da Ford. O sindicato informou à assembleia que já havia feito um pedido. Finalmente, a assembleia rejeitou a proposta de indenização da montadora. E se colocou por reverter a decisão da empresa.

Avaliação da assembleia

O nosso entendimento é de que a *“esperança”* de convencer a Ford a não fechar suas portas por meio de uma conversa com a matriz não se contrapõe à indenização. Tanto é que a posição da direção sindical é de que *“os trabalhadores buscam, neste momento, não a indenização, mas a reversão da decisão da montadora”*. A pala-

vra *“neste momento”* quer dizer que, em outro momento, assim que as esperanças acabarem, o sindicato aceitará negociar a indenização. Esse caminho já está aplinado. As negociações que o sindicato de Camaçari realiza, separadamente do sindicato de Taubaté e Horizonte, enterrarão a posição verbal de convencer a Ford a reverter a decisão. No momento em que os três sindicatos e centrais envolvidos não organizaram a ocupação das fábricas e a campanha pela estatização sem indenização, permitiram que a Ford ficasse com a faca e o queijo nas mãos.

Está bem claro o significado criminoso do divisionismo sindical. Os operários devem se perguntar por que os três sindicatos não se uniram em torno a uma mesma posição de luta contra o fechamento. E por que as três grandes centrais – CUT, Força Sindical e CTB – não empunharam uma só diretriz política, para organizar um movimento em todo o país em defesa dos empregos. É inaceitável para a política operária que o sindicato de Camaçari/CTB tome a iniciativa de avançar as negociações em torno às indenizações, o sindicato de Taubaté/CUT fique alimentando a ilusão da reversão da decisão da Ford, e o sindicato de Horizonte/Força Sindical continue fingindo que não tem nada a ver com o fechamento das fábricas de Taubaté e Camaçari, uma vez que a planta de Horizonte ainda vai continuar funcionando até o final do ano. Esse divisionismo golpeia a unidade da classe operária, quando ela mais precisa estar unida para combater as demissões, o desemprego e a política antinacional e antipopular do governo burguês de Bolsonaro. Esse problema se refletiu claramente nas assembleias dos dias 1 e 3, em Taubaté.

Sobre a nacionalização da Ford

A Audiência virtual na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, realizada no dia 3 de fevereiro, presidida pelo deputado federal Helder Salomão (PT), concluiu pela *“apresentação de um projeto de lei de nacionalização da indústria, retomada do programa Inovar-Auto, e criação de mecanismos de reparação aos trabalhadores, caso o fechamento da Ford no Brasil seja consumado”*. O deputado Daniel Almeida (PCdoB) ficou encarregado de encaminhar o pedido de constituição de uma comissão geral da Câmara dos Deputados, para se discutir o fechamento da Ford, e a desindustrialização do Brasil. O sindicato metalúrgico de Taubaté informa também que está se articulando uma iniciativa com o novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, *“no sentido de buscar o fortalecimento da indústria nacional, por meio da reativação do programa Inovar-Auto”*.

É preciso insistir que, do parlamento burguês, não sairá nada que, de fato, impeça o fechamento da Ford. A bandeira da nacionalização foi aventada pela direção da CUT, sem, contudo, não resultar na organização de um poderoso movimento da classe operária e demais explorados, em defesa dos empregos. Está apenas servindo para propaganda parlamentar, vazia de conteúdo de uma verdadeira resposta operária. Não por acaso, a tal da *“nacionalização”* não corresponde a uma medida de força de estatização sem indenização. Está bem claro que, enquanto se pretende um projeto de lei de nacionalização, o sindicato de Camaçari caminha com as negociações sobre o montante das indenizações. O sindicato de Horizonte finge que o fechamento ainda não chegou até eles. E o sindicato de Taubaté promove a ilusão de que com a vigília, carreata até Aparecida do Norte, e ações institucionais, será possível reverter a decisão da Ford. É essa linha política que está sendo manejada

pelo PT, na Câmara dos Deputados. O objetivo de restabelecer o Inovar-Auto foge da realidade econômica e das forças que sustentam Bolsonaro. É uma bandeira de defesa da política do governo petista, de favorecer as multinacionais em nome de contrapartidas nacionais (conteúdo nacional). Nenhum subsídio resolverá a crise de superprodução mundial, que afeta duramente o setor automotivo. É completamente oca a tese reformista de uma política desenvolvimentista, contraposta à desindustrialização.

Os sindicatos e as centrais ficaram atordoados com o comunicado da matriz norte-americana e passaram a usar a angústia dos operários como meio de promover o cinismo parlamentar. A angústia dos demitidos é um sintoma da contenção da revolta instintiva. Os metalúrgicos imobilizados não puderam recorrer ao seu método próprio de luta, que, no caso, é o da ocupação das fábricas, e imposição do controle operário da produção. Dessa resposta, poderia se erguer um movimento, em todo o país, pela estatização da Ford, sem indenização. A nacionalização da multinacional, portanto, somente triunfaria pela luta de classes. O caminho percorrido pelas direções sindicais é exatamente o oposto. Eis por que é justa a nossa conclusão de que a tal da nacionalização não passa de uma cortina de fumaça para as negociações em torno às indenizações. Está bem visível que, se não houver uma urgente mudança dessa linha, a derrota dos metalúrgicos é previsível. Essa mudança de linha implica que as centrais e sindicais rompam com a política de conciliação de classes, e passem a organizar um movimento da classe operária contra fechamento de fábricas, demissões, desemprego, subemprego, miséria e fome.

Dezenas de fábricas fecharam nos últimos meses

Em menos de um mês, o setor automotivo brasileiro sofreu duas grandes perdas. Em 17 de dezembro, a Mercedes-Benz comunicou o encerramento da produção da fábrica de automóveis, instalada em Iracemápolis, no interior de São Paulo. Agora, no dia 11 de janeiro, a Ford anunciou o fechamento de três unidades: a fábrica de motores de Taubaté (SP), a fábrica de veículos em Camaçari (BA), e a unidade da Troller em Horizonte, no Ceará – esta última com a previsão de funcionamento até o final do ano. Além disso, a Audi havia anunciado em setembro que suspenderia a produção no Paraná por um ano, a partir de dezembro. As justificativas são as mesmas: a crise econômica, o estreitamento do mercado no Brasil, a concorrência com carros elétricos, o “Custo-Brasil”, e a necessidade de reestruturação da produção em nível mundial.

Além das montadoras, a multinacional norte-americana General Mills, uma das 10 maiores empresas de alimentos do mundo, dona da marca Yoki, informou, no dia 11 de janeiro, o fechamento de sua fábrica, em Nova Prata/RS, e a demissão de 300 operários. A multinacional alegou que o fechamento da fábrica no Sul, e a transferência para Pouso Alegre/MG, fazem parte do plano de reestruturação de seus negócios no Brasil. A rede Forever 21, fabricante de roupas de baixo custo, determinou o fechamento de 11 lojas. A multinacional norte-americana 3M, instalada em São José do Rio Preto, voltada ao setor odontológico, encerrará as atividades, e demitirá 120 trabalhadores.

Depois dessa onda de fechamentos, agora veio o anúncio da Nakata Automotiva, em Diadema, que deixará 225 operários desempregados, no final de março. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a empresa já vinha com esse plano de fechamento há quatro anos. Mas, mesmo assim, os sindicalistas alegam que foram pegos de surpresa. Na fala do secretário-geral do sindicato, Moisés Selerges, “O sentimento é de que estamos sendo traídos há quatro anos, eles dão parabéns pela produtividade, falam que todos são uma família, mas estavam preparando a saída”. Esse tipo de indignação é hipócrita. Não há que ficar indignado com as falas de patrão, que, quando precisa, se veste de cordeiro, mas, por baixo, está sempre o lobo. O que é

lamentável é a posição do sindicato, de saber que a fábrica preparava o fechamento e não ter feito nada. Com a crise econômica, a metalúrgica somente acelerou seu plano de fechar a fábrica no ABC, e transferir o maquinário para Minas Gerais.

O Dieese explica que essa reação das empresas é reflexo do processo de desindustrialização do país, que se agravou, nos últimos cinco anos, após o impeachment de Dilma Rousseff. Diz que o setor automotivo tem preferido importar produtos do México, e os eletroeletrônicos estão vindo da China. E que, sem uma política industrial, que incentive a produção local, a tendência é agravar o processo de desindustrialização.

Os dirigentes sindicais ficam indignados, dizem que são pegos de surpresa, reclamam da ausência de uma política industrial por parte de Bolsonaro, usam a paralisação das fábricas envolvidas

para forçar a negociação com o patronato, e recorrem ao Congresso Nacional e à Justiça, como se fossem instituições a favor dos explorados. O que evitam: ocupar as fábricas, impor o controle operário da produção, lutas pela estatização sem indenização, unificar a luta, e organizar uma campanha nacional contra o fechamento de fábricas, as demissões, o desemprego, o subemprego, a fome e a miséria. Tratam o trágico problema que atinge o conjunto da classe operária, como se fosse um problema particular desta ou daquela empresa. O problema passa a ser de cada sindicato e de cada central envolvida. A política corporativa diante de um problema de toda uma classe é o que permite o fortalecimento do patronato, e o enfraquecimento geral dos explorados. As burocracias se limitam

A política corporativa diante de um problema de toda uma classe é o que permite o fortalecimento do patronato, e o enfraquecimento geral dos explorados. As burocracias se limitam à solidariedade, em palavras, aos trabalhadores demitidos. Não dão um passo no sentido de erguer a classe operária para responder, com seus próprios métodos, esse brutal ataque, que vem sendo desfechado pelos capitalistas e governantes.

à solidariedade, em palavras, aos trabalhadores demitidos. Não dão um passo no sentido de erguer a classe operária para responder, com seus próprios métodos, esse brutal ataque, que vem sendo desfechado pelos capitalistas e governantes.

O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, vem duramente combatendo a política de colaboração de classes das direções sindicais, denunciando os acordos traidores de demissão, e defendendo o caminho da luta unitária e os métodos próprios do proletariado. Trabalha para que as ideias revolucionárias, classistas, penetrem no seio dos explorados e, assim, se constitua uma vanguarda com consciência de classe, com um programa de reivindicações e uma estratégia genuínas do proletariado. Sem esse trabalho, os instintos de revolta da classe operária continuarão sendo esmagados pela violência patronal e pela política traidora dos burocratas sindicais.

Nesse momento, faz agitação em torno às bandeiras: “Fábrica fechada, fábrica ocupada”; “ocupação e controle operário da produção”, “estatização sem indenização”. Exige que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um dia nacional pelos empregos, salários e saúde pública, com paralisação em todo o país.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Arteb: um acordo traidor

A fábrica de faróis Arteb, em São Bernardo, no final de janeiro, comunicou a demissão de 200 operários, dos 800, da fábrica. Diante da notícia, houve a paralisação por dois dias, para que a empresa negociasse com o sindicato.

Segundo o burocrata do sindicato, Moisés Selerges, a Arteb se comprometeu a recontratar 50 dos 200 demitidos, a partir de setembro, quando a empresa deverá iniciar um novo contrato de fornecimento à Fiat. Na assembleia, diante dos grevistas que aguardavam o desfecho da negociação, procurou consolar os operários cabisbaixos, dizendo *“Eles terão de aumentar a produção, vão precisar de mais gente, e nada mais justo do que recontratar entre os demitidos”*. No acordo, portanto, prevaleceu a decisão de demissão dos 200 trabalhadores. O dirigente destacou que a tarefa do sindicato, agora, é

garantir o pagamento das indenizações, tendo em vista que a empresa está em “recuperação judicial há mais de 4 anos”. Ainda foi mais longe, quando aceitou que as indenizações podem ser parceladas, com o reparo de que nenhum operário receba por mês um valor inferior ao seu salário bruto. Por fim, propôs o fim da paralisação, e a retomada do trabalho. Está aí o retrato mais acabado de um burocrata que já não guarda relação com a sua classe.

É sabido que os capitalistas jogam com a recuperação judicial, sem que os operários saibam quais foram as transações financeiras realizadas durante anos. Com os segredos comerciais, ocultam o quanto lucraram e o quanto desviaram de recursos da empresa para outros negócios. A classe operária tem uma resposta para esse jogo, que é a ocupação da

fábrica e a instalação do controle operário da produção. Assim se pode abrir a contabilidade da empresa. Ocorre que o sindicalismo de colaboração de classes é uma criação da própria propriedade privada dos meios de produção, que, para os burocratas, é inviolável. No momento em que inúmeras fábricas se fecharam e estão fechando, a luta pelo controle operário da produção ganha uma dimensão maior do que quando se trata apenas da quebra de um ou outro capitalista. É nessa situação que emerge o programa da classe operária de expropriação da propriedade privada e sua transformação em propriedade social, em que se coloca a necessidade de um governo revolucionário, e de um planejamento econômico, contraposto ao saque imperialista da nação oprimida e a espoliação dos monopólios e do capital financeiro parasitário.

Vêm aí mais ataques à classe operária e demais explorados

Concluída a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado Federal, o Congresso e o governo Bolsonaro estão livres para iniciarem os ataques aos direitos trabalhistas da maioria explorada. É bom lembrar que qualquer um dos candidatos que fosse eleito teria essa tarefa de resolver o problema de manutenção dos lucros dos patrões.

A Reforma Trabalhista, aprovada pelo Congresso durante o governo de ditadura civil de Michel Temer, retirou inúmeros direitos conquistados pelos trabalhadores, através de muita luta nas ruas. Com o aprofundamento da crise econômica e pandêmica, em 2020, novas medidas de ataque aos direitos foram implantadas. A MP 936 foi a mais perversa. Permitiu que os patrões pudessem suspender os contratos de trabalho ou reduzir a jornada com redução de salário, ficando a cargo do governo complementar a

perda salarial, com um valor menor do que o trabalhador recebia. Essa MP chegou ao fim, em dezembro de 2020.

Agora, o governo retoma a Carteira Verde Amarela, que permite a contratação precária do trabalhador. Outra medida é facilitar o emprego do *lay-off*, que permite ao trabalhador receber o seguro-desemprego. Por fim, permitir a adoção de medidas de redução salarial, prevendo um adiantamento do seguro-desemprego, com os recursos do FAT, que já foi rechaçada pelos trabalhadores no início da pandemia.

Esse quadro de “novos” ataques aos direitos dos trabalhadores, arquitetada pelo governo, sob a pressão dos patrões de diversos setores, revela a necessidade urgente de os sindicatos organizarem as lutas unitárias, com convocação de assembleias e manifestações de rua. Basta de imobilismo.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

O Partido Operário Revolucionário faz campanha com o Boletim Corrente Proletária Ecetista, que traz os chamados: Quebra do monopólio dos Correios, PDI para ecetistas e fechamento da Ford: governo e empresas querem destruir mais direitos, aumentar o desemprego e intensificar a exploração! É preciso organizar as assembleias presenciais e retomar a luta!

A ofensiva contra os trabalhadores

Nem bem o ano começou, e os governos, os capitalistas e direção da ECT não pararam um só segundo de atacar todos os trabalhadores do país. Com mais de 225 mil mortos pelo Covid-19, inclusive companheiros ecetistas, com as maiores taxas de desemprego da história, e com a “guerra” pela vacina, vemos, dia após dia, que a “saúde” e a “vida” dos brasileiros nunca esteve em pauta para os governos, para os capitalistas de todos os setores, e para a direção da ECT.

Diante desse quadro catastrófico, em que a crise econômica e sanitária é descarregada sobre as costas da classe operária, dos trabalhadores em geral, e dos mais pobres do país, é preciso organizar novamente a luta, retomar as atividades presenciais, a exemplo das assembleias, organizar um novo Dia Nacional de Luta, para pôr em pé um movimento em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

PDI – ou mais desemprego e exploração nos Correios

Depois de a direção da ECT derrotar nossa greve, com o apoio da Justiça e da direção das federações, que confiaram na Justiça, ela apresentou, em dezembro, um “Plano de Demissão Incentivada”, cuja única finalidade é diminuir o quadro de funcionários, e diminuir as despesas, inclusive, com as demissões, reduzindo a multa dos 40% para os trabalhadores mais antigos. Não bastasse escancarar o plano de demissões, de enxugamento do quadro de funcionários, de ampliação da exploração de nosso trabalho, ainda quer economizar nesse processo.

Não podemos admitir nenhum plano de demissão, com ou mais ou menos vantagens! Emprego não se negocia! Defendemos o emprego de cada ecetista, e a luta para a contratação de novos trabalhadores, para dar conta do aumento progressivo de nosso trabalho, sobretudo após o início da pandemia.

É preciso denunciar o PDI, e levantar um movimento para resgatar os direitos que foram roubados em 2020. Não podemos encarar como natural a derrota de 2020. É preciso reerguer o movimento, a partir da experiência e das lições aprendidas.

Nenhum trabalhador a menos, nenhum direito a menos. Erguer o quanto antes a campanha de 2021, para fazer frente a esse novo ataque da ECT, iniciando pelas assembleias presenciais, e pela luta coletiva nas ruas, que dê visibilidade aos ataques que temos sofrido neste período.

O STF marca data para debater a quebra do monopólio dos Correios

No dia 10 de fevereiro, o STF pretende analisar uma ação para avaliar se a lei 6538, de 1978, é constitucional, porque exige o monopólio do serviço postal, obrigando a União a manter a prestação regular do serviço. O relator, o ministro Marco Aurélio, já assumiu publicamente a tese privatista, defendida pelo governo, de que o interesse do “consumidor” é ferido pelo monopólio. Ou seja, abre caminho para que o Estado se desobrigue do serviço, e permita que empresas privadas, que já atuam no setor de entregas, cresçam no segmento postal.

A privatização dos Correios, como de outras empresas estatais, está no horizonte, desde o governo Temer, e avançou com a eleição de Bolsonaro. No entanto, não é uma política circunstancial deste governo, é uma exigência do capital financeiro e de grandes multinacionais, para que se entregue patrimônio, e se jogue mais dinheiro no ralo da Dívida Pública.

A campanha contra a Privatização dos Correios deve fazer parte da luta contra a privatização de todas as empresas estatais, numa luta geral contra o governo pró-imperialista. A unidade com os trabalhadores de outras empresas estatais e com a classe operária é fundamental para se opor à política privatista, apoiando-se nos métodos da ação direta, na luta coletiva e de rua, para que toda população também se choque contra o entreguismo do atual governo.

Fechamento da Ford: responder com o programa e os métodos da classe operária

O que ocorre agora com a Ford diz respeito a todos os trabalhadores do país, porque a destruição direta dos mais de 6 mil postos de trabalho, e de mais de cem mil em toda a cadeia produtiva ligada à empresa, significará um passo a mais nos planos de capitalistas e de governos em destruir os empregos, rebaixar a valor da força de trabalho, e ampliar a dependência do país à economia mundial.

A demissão na Ford fortalece a política de demissões da direção da ECT e de todas as empresas públicas e privadas, que querem, neste momento, descarregar o peso da crise econômica nas costas das dezenas de milhões de trabalhadores do país.

Não basta ter apenas “solidariedade” com os operários da Ford. É preciso tomar a luta pela manutenção desses empregos, como parte da luta em defesa dos empregos, salário e direitos de todos os trabalhadores. Há uma só política dos capitalistas e seus governos. É preciso assumir o programa da classe operária, de oposição a esta política.

Isso significa defender a estatização sem indenização desta empresa, que só lucrou e se beneficiou com o Estado brasileiro. É preciso defender o controle operário da produção, com a ocupação da fábrica por todos os operários que nela sempre trabalharam e produziram as riquezas. Esse programa e este método exigem, não só disposição dos operários envolvidos, mas de todos os trabalhadores, inclusive dos ecetistas, agora ameaçados de demissão, com planos como o PDI.

Passou a hora de todos nós exigirmos de cada sindicato, das nossas federações, das Centrais, que organizem imediatamente as assembleias presenciais, para mostrar a força coletiva dos trabalhadores e, a partir delas, organizar um calendário de lutas e de mobilização, que culmine em um Dia Nacional de Paralisação, de protestos, de manifestações de rua. É mais do que urgente parar a sangria dos trabalhadores, parar o plano dos governos de deixar os trabalhadores morrerem doentes e desempregados. Basta de colaboração! Retome-mos as lutas gerais!

Regional Ceará

O Boletim "O Proletário" fez campanha contra a elevação do preço do gás, denunciou o salário mínimo de fome de R\$ 1.100,00, a falta de água nos bairros pobres e defendeu os empregos dos metalúrgicos da Ford. Abaixo publicamos algumas passagens:

Dispara o preço do gás de cozinha: que fazer?

O gás de cozinha, utensílio básico das famílias brasileiras, teve mais um aumento em janeiro. Até novembro de 2020, o botijão de gás de 13 kg tinha um preço médio (segundo a ANP) de R\$ 75,00. Agora, em janeiro, passou a R\$ 95,00, podendo chegar até R\$ 150 ou R\$ 200 no final do ano, segundo a Associação Brasileira dos Revendedores de GLP. Em dezembro, houve aumento de 5% no preço e, em janeiro, mais 6%, totalizando cerca de 11% de aumento!

Por que o preço do gás aumenta?

O preço do petróleo no mercado mundial tem aumentado, e a Petrobras, que antes subsidiava os preços, tem agora (com Bolsonaro) repassado, mês a mês, os aumentos exorbitantes, atingindo em cheio os mais pobres. Entre 2007 e 2014, o preço gás ficou congelado. A partir desse ano, ainda no governo Dilma, o preço do gás foi liberado e aumentado. Em 2017, no governo Temer, o gás de cozinha passou a

ser reajustado a cada trimestre. Com Bolsonaro, voltou a ser reajustado todo mês. O ministro da economia, Paulo Guedes, enganou os trabalhadores, prometendo que o preço do gás cairia pela metade, se houvesse concorrência internacional no lugar do monopólio da Petrobras. Quanta mentira! Estamos entrando no 3º ano de governo, e os preços não param de subir. O motivo: "os preços agora estão nas mãos das multinacionais" como disse o presidente da ABRG, Alexandre Borjaili. E estas empresas estrangeiras querem lucrar às custas dos explorados

Como fica quem ganha apenas o salário-mínimo?

O aumentou do salário-mínimo, de R\$ 1.045,00 para R\$ 1.100,00 (5,45%), foi bem abaixo da inflação real nos supermercados. Seu valor continua sendo uma miséria, que mal dá para pagar um aluguel e comprar alimentação para uma família

de 4 pessoas. Com o aumento do gás, sobrar cada vez menos. Segundo o IBGE, em 2020, mais de 27 milhões de brasileiros (1/3 da força de trabalho do país) ganhava apenas 1 salário-mínimo. Estes trabalhadores terão de tirar 10% de seu salário para comprar o gás de cozinha! Bolsonaro vem privatizando (vendendo) as refinarias da Petrobrás, e pretende entregar todo o setor de refino de petróleo, no Brasil, às empresas estrangeiras, que continuarão a importar petróleo (ao invés de usar o petróleo nacional), e vendendo seus derivados (como o gás), a preços internacionais, bem mais caros.

É preciso lutar por:

- Redução imediata do valor do gás e, em seguida, congelamento de seu preço!
- Abaixo o desmonte da Petrobrás! Por uma Petrobrás 100% estatal, sob controle operário!

Campanha contra o fechamento da Ford

A Ford anuncia fechamento de suas fabricas no Brasil, em Taubaté (SP), Camaçari (BA) e Horizonte (CE). A fábrica de Horizonte é da Troller, adquirida em 2007.

O fechamento da Ford acarretará mais de 5.000 demissões diretas, além de muitas outras indiretamente. Serão milhares de pais e mães de famílias desempregados!

Nossa campanha é para que os sindicatos convoquem assembleias, organizem a mobilização. É preciso parar a produção já! E ocupar as fábricas contra seu fechamento.

São Paulo

Intervenção do POR no ato contra a retirada do passe livre dos idosos

O ato aconteceu no dia 3/2, no Viaduto do Chá, no centro da capital. Foi convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL). O POR esteve presente com suas bandeiras, panfleto, e fez algumas intervenções ao microfone, realizando uma agitação junto à população assalariada, que circulava pela região. O ato recebeu várias manifestações de apoio, o que demonstra o caráter profundamente antipopular da medida tomada por Doria e Covas, ambos do PSDB.

Essa manifestação foi precedida por outra, ocorrida no dia 29/1, convocada pelo comitê de frente única, intitulado "Mexeu com um, mexeu com todos", do qual o POR faz parte, assim como o próprio MPL, o PSTU e correntes do PSOL. Como se vê, há uma campanha em curso, que precisa prosseguir e ganhar corpo.

A seguir, transcrevemos a fala principal do POR no ato do dia 3/2:

"Estamos hoje na rua para protestar contra a retirada da gratuidade no transporte público dos idosos, um direito que foi con-

quistado com luta. Esse é um ato que está inserido num contexto mais amplo de aumento do desemprego, de aumento da miséria. Destaca-se nesse quadro o fechamento da Ford, da planta da Mercedes no interior de São Paulo, da Yoki, da 3M, momento de aumento da pobreza, em que o Covid-19 vai ceifando milhares e milhares de vidas.

E é nesse contexto que o governo estadual e o municipal, unidos, atuam para retirar a gratuidade no transporte público dos idosos. E a gente sabe que os idosos de SP usam a gratuidade para ir ao médico, para ir trabalhar, para ter acesso a outros direitos. É um direito elementar, principalmente se a gente considerar que foi justamente essa parcela da população que acabou de ser golpeada, há pouco tempo, pela reforma da Previdência, sendo obrigada a continuar trabalhando – isso quando pode, quando o idoso não é demitido.

A retirada da gratuidade dos idosos no transporte vai significar um aumento da pobreza, tirando um dinheiro do orçamento

familiar, que a gente sabe que já é mirrado. É mais um dos ataques da burguesia contra os explorados de conjunto.

Daí a importância do ato de hoje, convocado pelos companheiros do Passe Livre. Nós estamos compondo esse ato. É extremamente importante a unidade dos trabalhadores e da juventude. A gente não pode separar a luta, que estamos realizando aqui hoje, da luta que é realizada em Taubaté, por exemplo, pelos operários da Ford. Os explorados de conjunto estão sendo atacados, e a resposta precisa ser unitária.

A gente precisa de atos massivos, que os sindicatos e as centrais saiam da paralisia em que se encontram. É inadmissível ver as direções dos movimentos sociais, dos sindicatos e das centrais nessa paralisia! Acerta quem está na rua hoje, protestando; está

errado que não está aqui hoje, quem não compõe, quem não ajuda a crescer, quem não é favorável à unidade, num momento tão sensível, de ataque da burguesia e seus governos.

Chamamos as direções à sua responsabilidade: por que os outros movimentos não estão aqui? Por que as direções sindicais não movem uma palha para nos ajudar, não ajudam a convocar, não compõem? Não fazem nada disso, porque estão com uma política equivocada.

A gente precisa constituir uma ampla unidade na luta. A luta dos idosos é a luta também da juventude, é a luta dos trabalhadores de conjunto. É com o movimento na rua que a gente vai conquistar novamente a gratuidade dos idosos no transporte, e avançar para a conquista de outros direitos!"

Rondônia

Como responder à imposição das aulas presenciais

O governador, Marcos Rocha, decretou o início das aulas presenciais, a partir do 9º ano, ensino médio e faculdades particulares, apesar do avanço da pandemia e do colapso do sistema de saúde. Perante a indignação de parte da classe média e dos meios de comunicação, o secretário da Saúde justificou que há 214 leitos, mas que faltam profissionais, que abriram concurso e que não houve candidatos, e que o governo federal está providenciando a vinda de profissionais. Tudo para diminuir o temor da população pobre e atender a pressão dos proprietários da rede particular de ensino.

É fato que a pandemia tomou conta do estado, o que fez evidenciar o bárbaro sucateamento do sistema de saúde. E as maiores vítimas são os pobres e miseráveis, que, há um ano, têm seus filhos fora da escola, que não puderam fazer o isolamento social, que são obrigados a trabalhar para sobreviver, e que não têm acesso à rede privada de saúde.

Diante do decreto do governador, o Sintero divulgou uma nota na imprensa, se manifestando contra o retorno às aulas presenciais, e dizendo que usará de todos os meios para se opor à decisão. Conta para isso com o pavor que tomou conta dos professores. Trata-se de uma resposta da direção do sindicato e cor-

porativa, ou seja, limitada a uma categoria. A informação de que os professores vêm morrendo pelo Covid-19, isso não se deve ao trabalho, se deve ao contágio com outros trabalhadores, que há muito estão na labuta diária. Separar os trabalhadores da educação do restante dos explorados só reforça a política corporativa. Essa é uma política nefasta à unidade dos oprimidos para enfrentar os ataques governamentais e patronais.

A Corrente Proletária, frente à decisão do governador, criticou as posições que foram tomadas pela direção do sindicato por meios virtuais. A decisão de retorno ou não às aulas exige ações coletivas. Os sindicatos da educação vêm impondo a chamada "greve sanitária", que não passa de um boicote ao retorno presencial, e se colocando pela continuidade do ensino a distância. Um boicote, portanto, é passivo e individual. Não existe "greve sanitária". Se é greve, tem de ter assembleias e mobilizações de rua, para derrubar a medida governamental. Nesse sentido, é urgente que o sindicato convoque a assembleia presencial, para que os trabalhadores da educação possam aprovar coletivamente o caminho da luta, em particular a unidade com os demais explorados em defesa dos empregos, salários, educação e saúde públicas.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária divulgou uma declaração contendo a sua posição diante da decisão do governador Doria de impor o retorno às aulas presenciais, no dia 8 de fevereiro. Essa declaração está publicada na íntegra.

Divulgou, também, um boletim específico aos municipais, denunciando que a direção do Sinpeem está fazendo uma consulta junto aos trabalhadores da educação, diante da imposição de Covas de impor o retorno às aulas. Diz: Convocar a assembleia presencial é o único método correto para decidir os rumos do movimento. Nada de consulta individual virtual! É preciso rechaçar esse método passivo e imobilista, que só serve para a direção sindical se eximir da responsabilidade de organizar a resistência coletiva. É urgente a construção de um movimento amplo, em unidade com os demais trabalhadores, em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um dia nacional de luta. Combater o fechamento da Ford e outras fábricas, levantando as reivindicações de ocupação, controle operário e estatização sem indenização.



Novos episódios da guerra da vacina

Laboratórios se impõem diante dos governos

Resposta dos explorados: estatizar, sem indenização, sob o controle operário de produção

29 de janeiro de 2021

As medidas parciais do isolamento social serviram para dificultar a rápida contaminação local e mundial. Estava claro que teriam um resultado limitado. A saúde pública se mostrou incapaz, e muito aquém das necessidades emergenciais criadas pela pandemia. As massas empobrecidas se viram desprotegidas. Os burgueses e a alta classe média contaram com o dinheiro e uma rede de saúde privada, estruturada com um corpo médico e auxiliares selecionados, bem como a uma requintada tecnologia. Para a minoria abastada, não faltaram leitos, UTIs e rigorosos cuidados. Para receber a maioria pobre infectada, os governos tiveram de improvisar hospitais de campanha, que, no caso do Brasil, logo foram superlotados. Milhares morreram sem nenhuma assistência. E milhares em condições de má assistência.

Assim que a pandemia deu sinais de arrefecimento, os governos flexibilizaram o isolamento social e desarmaram a estrutura emergencial. Não demorou muito, a contaminação e as mortes voltaram a crescer. Identificou-se, no Reino Unido, a mutação do Covid-19 em uma variante mais contagiosa. No Brasil, o estado do Amazonas voltou a cair no precipício, e também com uma nova variante. Desta vez, em queda mais vertiginosa. A população se viu no mais completo desamparo, ao ponto de faltarem até mesmo os cilindros de oxigênio. Isso à vista do governo federal e da constatação de corrupção. O que parecia ser um caso específico do Amazonas, logo se manifestou em Rondônia e, inclusive, em estados como Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, etc.

O quadro da pandemia no Brasil retrata bem a barbárie capitalista, mas, em outras partes do mundo, não é muito diferente. A Europa conta com 690 mil mortes; Estados Unidos, 433 mil; Brasil, 223 mil (números arredondados). No mundo, 2.200.000 óbitos. Esses números continuam a aumentar, dia a dia. Novas tentativas de isolamento social têm sido realizadas, no entanto, já não se confia nesse meio puramente técnico e limitado, cujas consequências econômicas e sociais agudizam a crise capitalista mundial.

Durante meses, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e governos propagandearam que as vacinas estavam em estado avançado de pesquisa. Chegou o momento em que se tratava apenas da comprovação final, por meio de testes comprobatórios da eficácia imunizante e da segurança clínica. Desde julho, quando se anunciou que pelo menos 166 vacinas estavam sendo pesquisadas, se evidenciou que haveria uma corrida econômica e política. Projetaram-se, finalmente, um pequeno número de laboratórios, sem que se soubesse o que se passou com os demais. Não é surpreendente que restaram pouco mais de uma dezena. Entre eles, se impuseram a Pfizer-BioNTech, Moderna,

Oxford-AstraZeneca, Sinovac/Sinopharm, Johnson&Johnson, e Gamaleya (Sputnik V). E, sobre esse pequeno número, tem imperado a Pfizer. Três laboratórios norte-americanos e um inglês poderão controlar o processo de imunização mundial. Os laboratórios chineses, que deram início à pesquisa, vêm sofrendo uma brutal concorrência. No Brasil, chegou a ocorrer uma campanha suja para desmoralizar a Coronavac.

Os monopólios imperialistas aproveitam a lei da oferta e procura para influenciar a política de vacinação dos governos. As vacinas testadas e aprovadas pelos órgãos reguladores poderiam ser um instrumento de intervenção capaz de, em um tempo relativamente curto, interromper o avanço da pandemia, e retomar a normalidade. A OMS tem condições para centralizar um plano mundial, de forma que todos os países sejam

Os países que podem comprar em grande quantidade são prioritários.

Ao capital, não importa quem mais precisa, mas quem pode pagar.

A hipócrita bandeira de “defesa da vida”, que tremulou nos mastros da burguesia, aos quais os reformistas e burocratas sindicais se agarraram com as duas mãos, quando prevalecia a diretriz do isolamento social, foi arriada, diante dos poderosos laboratórios.

atendidos de acordo com as necessidades. No entanto, limitou-se à fracassada Covax, medida que contou com a Aliança Global de Iniciativas de Vacina (Gavi, sigla em inglês), e Coalizão de Preparação para Inovação em Epidemias (CEPI). O objetivo seria o de permitir o “*acesso igualitário às diversas vacinas*”.

A OMS previa que os países ricos comprariam maciçamente a produção, e os países pobres aguardariam na fila de espera. Com a Covax, se teria um fundo criado com a contribuição dos países, com o qual se adquiririam as vacinas dos diversos laboratórios, e se as distribuiriam entre os associados. Ocorre que a OMS já não tinha relevância que teve no momento em que orientou os governos a aplicarem o isolamento social. Agora, as iniciativas passaram para as mãos dos monopólios, que apenas se importam com a concorrência e a lucratividade. Os países que podem comprar em grande quantidade são prioritários. Ao capital, não importa quem mais precisa, mas quem pode pagar. A hipócrita bandeira de “defesa da vida”, que tremulou nos mastros da burguesia, aos quais os reformistas e burocratas sindicais se agarraram com as duas mãos, quando prevalecia a diretriz do isolamento social, foi arriada, diante dos poderosos laboratórios.

No Brasil, a justa denúncia de que Bolsonaro era um “genocida”, porque negava a virulência da pandemia, e se opunha ao isolamento social, ocultou que o “genocídio” era de responsabilidade, antes de tudo, da burguesia. O que era um pouco difícil de se ver e compreender, uma vez que os governadores opositores, liderados por João Doria, aplicavam

o isolamento social, sob a bandeira de “defesa da ciência e da vida”. A guerra da vacina, porém, rasgou a máscara da mentira e do cinismo burgueses. O jogo entre Bolsonaro e Doria, em torno às vacinas Sinovac e a Oxford-AstraZeneca, retardou a evidência de que todos os governantes, sem exceção, se submeteram aos monopólios e à consequente guerra das vacinas. Enquanto isso, o Butantan e a Fiocruz não têm como agilizar a produção de vacinas.

A impossibilidade de o Brasil adquirir a quantidade necessária de vacinas, para um primeiro combate ao coronavírus, jogou por terra a dissensão entre o governo federal e os governos estaduais. O problema é que, nem o laboratório Sinovac, nem o AstraZeneca, oferecem o volume de doses que as condições da pandemia no Brasil exigem. Uma das críticas contundentes dos governadores opositores, de que o ministério da Saúde não tinha um plano nacional de vacinação, e uma das crises federativas mais profundas, que emergiu com a ameaça do estado de São Paulo de iniciar a vacinação por conta própria, evaporaram, diante do simples fato de que o país não tem uma quantidade de vacinas que permita concretizar o Plano Nacional de Imunização (PNI). Por incrível que pareça, em meio a esse problema, veio à tona a falta de seringas, cuja boa parte da produção havia sido exportada.

O conflito nacional em torno às vacinas, na realidade, é parte, e até certo ponto um reflexo, do que se passa em nível internacional. No seu centro, estão os Estados Unidos, com suas gigantescas compras da Pfizer e da Moderna.

O conflito nacional em torno às vacinas, na realidade, é parte, e até certo ponto um reflexo, do que se passa em nível internacional. No seu centro, estão os Estados Unidos, com suas gigantescas compras da Pfizer e da Moderna. De 400 milhões de unidades, o presidente Biden afirmou que elevará a 600 milhões. Os dois laboratórios terão de atender primeiramente a maior potência. Para isso, os Estados Unidos tomaram medidas para impedir as exportações, enquanto não forem cumpridas as exigências internas. O Canadá tem uma população de 38 milhões de habitantes, e o governo de Trudeau declarou ter comprado mais de 400 milhões de doses. Somadas com as dos Estados Unidos, alcançam 1 bilhão de doses. Os países mais ricos encomendaram 2,2 bilhões de doses, que, segundo informações, estão “acima do que precisam para imunizar suas populações”. Essas mega compras elevam o preço do produto. Na Europa Ocidental, até mesmo as potên-

cias, como a Alemanha, reclamam da escassez de vacinas. O conflito entre a União Europeia e o Reino Unido, tudo indica, expressa a crise do Brexit. A fábrica da AstraZeneca, localizada na Bélgica, passa por uma inspeção da Comissão Europeia, devido à suspeita de contrabandear parte da produção para o Reino Unido, deixando assim de cumprir o contrato estabelecido com a União Europeia. A probabilidade de que os laboratórios estão desviando vacinas para grupos empresariais, apesar dos desmentidos, é verossímil. O caso da AstraZeneca é bem concreto, tendo por detrás o fundo de investimento Blackrock.

No Brasil, poderosos capitalistas, a exemplo da Gerdau e Marco Polo Lopes, se agruparam para constituir um fundo privado, a ser aplicado na compra de vacinas. Sua ligação com a Blackrock ficou obscurecida, mas o objetivo de adquirir 33 milhões de doses da AstraZeneca foi confirmado. Bolsonaro, o “genocida”, autorizou os burgueses “genocidas” a traficarem por cima da população e do SUS. Não houve nenhuma rebelião dos governadores opositores, denunciando a jogatina do grupo empresarial. A notícia, porém, foi tão contundente, que a Fiesp tomou a iniciativa de acobertar o caso e promover o recuo. A Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas (ABCVAC) considera legal a compra de vacinas por particulares, e informou que estava negociando com o laboratório indiano Bharat Biotech a compra de 5 milhões de doses. É notório o interesse da rede privada de hospitais de ter assegurado seus negócios com a vacinação.

A reclamação do diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, de que a desigualdade na distribuição da vacina leva à “falência moral catastrófica” só faz expor a impotência da OMS diante dos monopólios. O fato de 56 milhões de pessoas terem sido vacinadas, em 51 países, sendo que a imensa maioria se concentra nos mais ricos, dá a dimensão da barbárie capitalista. Não só se limita ao pequeno número de países com recursos, como também, na maioria dos países que compõem o mundo (193), sequer se iniciou a vacinação. A conclusão de que o continente africano está muito longe de se valer da imunização corresponde à divisão entre países imperialistas e países semicoloniais, entre nações opressoras e nações oprimidas, entre uma minoria de potências ricas e a imensa maioria de nações pobres. O mesmo se passa com a divisão da população em classes sociais. Não há dúvida de que a minoria abastada terá garantida seus privilégios. O POR afirmou, desde o início da pandemia, que se tratava antes de tudo de um problema de classe. Os ditames dos monopólios dão a dimensão mais exata de que se trata de um problema antes de mais nada de classe e de opressão nacional.

O desarme político, ideológico e organizativo do proletariado permaneceu oculto durante todo esse processo. Isso se deve à capitulação da esquerda reformista e da burocracia sindical à política burguesa do isolamento social e, na fase atual, aos monopólios imperialistas. Sem uma política, uma ideologia e uma organização próprias, o proletariado não teve como reagir à mais profunda crise do capitalismo, que se tem no pós-segunda guerra mundial. A crise de direção revolucionária salta à vista.

A classe operária internacional obteve conquistas programáticas e organizativas em importantes períodos do sécu-

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

REGISTRO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

lo passado. Objetivamente, foi perdendo, com o processo de restauração capitalista nos países que instauraram a transição do capitalismo ao socialismo, ao ponto de se configurar uma das regressões históricas mais profundas. Subjetivamente, no entanto, as conquistas teóricas e programáticas do marxismo-leninismo-trotskismo continuam a nortear o caminho da vanguarda revolucionária, que tem a tarefa de resolver a crise de direção, construindo os partidos da revolução e ditadura proletárias e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A tragédia por que passa o mundo e a falência da burguesia em estancá-la obrigarão a classe operária a percorrer um caminho mais consciente da luta de classes, que se vinha projetando bem antes de eclodir a pandemia. O choque das massas com o domínio dos monopólios e a opressão imperialista fará emergir as antigas conquistas das revoluções proletárias, principalmente a que se desenvolveu na Rússia, no início do século.

A sanha dos laboratórios em ditar o curso do combate à pandemia à maioria dos países é a expressão genuína da decomposição do capitalismo monopolista. Ao submeter a saúde e a vida de bilhões de pessoas a um punhado – pouco mais de uma dúzia, que colocam acima de tudo a disputa de mercado e o lucro –, se evidencia o caráter parasitário da burguesia mundial, e do completo esgotamento das relações capitalistas de produção.

O proletariado somente não se ergue pelo seu programa de expropriação dos monopólios e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social devido à ausência do seu Partido Mundial da Revolução Socialista. Significa que, se os explorados não se libertarem das direções traidoras e conquistarem sua independência política, terão de padecer ainda mais com o avanço da barbárie. Não se pode atravessar essa mortandade mundial, sem se tirar as conclusões estratégicas, que levam à luta das massas contra a burguesia, seu Estado e a propriedade privada dos meios de produção.

Não se podem desvincular as contradições do capitalismo, que se refletem no controle monopolista da ciência e da indústria químico-farmacêutica, das contradições que vêm provocando a quebra maciça de forças produtivas e a gigantesca onda de desemprego. A pandemia não faz senão po-

tenciar as tendências de desintegração das forças produtivas mundiais. A vacinação universal é o único recurso efetivo que a burguesia tem para conter as consequências negativas sobre a economia e a vida das massas. Mas não pode concretizá-la, devido aos interesses particulares dos monopólios e do capital financeiro. A burocracia sindical e os reformistas de esquerda reclamam urgência na vacinação, para que tudo volte à normalidade, cessem as demissões e se retomem os empregos. Colocam assim as condições de existência da classe operária e demais explorados na dependência dos monopólios e da capacidade dos capitalistas de reerguerem a economia mundial.

Os explorados arcam, ao mesmo tempo, com a devastadora pandemia e com a ampla destruição de postos de trabalho. Confiar à burguesia a tarefa de recuperar as condições de vida das massas resulta em continuar protegendo os inte-

resses dos monopólios em detrimento da força de trabalho. A renúncia das organizações operárias, manipuladas pela burocracia colaboracionista, em defender os empregos, salários e direitos se converte, objetivamente, em renúncia à luta pela vacinação universal. Em outras palavras, à renúncia da luta anti-imperialista, que, no momento, comparece na forma de combate ao domínio do monopólio sobre a ciência e a indústria da saúde; e na forma de luta contra o fechamento de fábricas e demissão em massa. Eis por que, diante da extinção de fábricas pela Ford, Mercedes e outras, a burocracia sindical se

negou a recorrer ao método da ocupação de fábrica, do controle operário da produção e à bandeira de estatização sem indenização dos monopólios. De maneira que a classe operária, desorganizada e acuada pela crise, não teve como se erguer como uma força social, capaz de dirigir a maioria nacional oprimida contra a burguesia e seu governo, que se encontram submetidos aos monopólios e ao capital financeiro.

A vanguarda com consciência de classe marcha na contracorrente dos acontecimentos, contando a seu favor com a confluência entre o programa da revolução proletária e as condições objetivas de desintegração do capitalismo. A sua força está em não perder o norte estratégico, e não desviar as bandeiras que de fato respondem às necessidades imediatas e históricas da classe operária.

(...) se os explorados não se libertarem das direções traidoras e conquistarem sua independência política, terão de padecer ainda mais com o avanço da barbárie.

Não se pode atravessar essa mortandade mundial, sem se tirar as conclusões estratégicas, que levam à luta das massas contra a burguesia, seu Estado e a propriedade privada dos meios de produção.

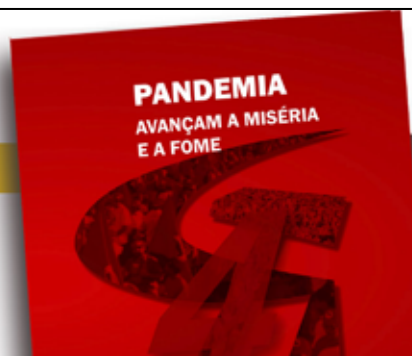
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Posição da Corrente Proletária diante da imposição de Doria de retorno às aulas presenciais

1. O governador, desde que flexibilizou o isolamento social, início de junho, vem anunciando medidas para o retorno presencial das aulas. Havia uma previsão de retomada em agosto. No entanto, o avanço da pandemia o obrigou a suspendê-lo. Durante o período eleitoral, considerou que não seria favorável ao PSDB tomar essa medida, que vem dividindo os especialistas em saúde. Após o pleito, estabeleceu-se a chamada recuperação para os alunos, que estavam em atraso na entrega de atividades online. No final do ano, ficou evidente que milhares de alunos abandonaram o sistema de ensino remoto. A resposta do governo foi a criação da recuperação em janeiro. O resultado foi extremamente pífio. Assim, impôs a decisão de retorno às aulas, independentemente do estágio da pandemia, para 1º de fevereiro, com previsão de volta dos professores, para o planejamento presencial, no final de janeiro. Para resolver o problema dos professores, considerados de risco, abriu-se um programa de contratação temporária. Diante do crescimento do contágio, estabeleceu a data de 8 de fevereiro, e o retorno de 35% dos alunos.
2. A direção da Apeoesp, que assumiu plenamente o isolamento social, conforme estabelecido por Doria em março, fechou o sindicato e subseções, e passou a fazer reuniões online, carreatas e atos simbólicos. Nesses encontros, aprovaram-se: 1) o não retorno às aulas, enquanto o professorado não fosse vacinado; 2) recorrer à Justiça contra a decisão do governador; 3) decretar a “greve sanitária”. Abriu-se, assim, um jogo de braço no Tribunal de Justiça, ora favorecendo a Apeoesp, ora o governador. Enquanto isso, o professorado ficou à mercê dessa disputa judicial. A parcela de professores contratados, que está sem aulas remotas, necessita retomar as aulas, para que possam assegurar o emprego e o salário. A outra parcela, principalmente os efetivos e os da categoria F, que têm aulas atribuídas, que estão fazendo as aulas remotas e recebendo os salários, considera mais prudente permanecer em casa. Como se vê, criou-se mais uma divisão, entre tantas, no meio dos professores.
3. O fato concreto é que estamos diante de duas crises combinadas: a pandêmica e econômica. O isolamento social fracassou. O transporte coletivo, há muito, está superlotado. A quase totalidade dos trabalhadores está trabalhando. Houve um crescimento assustador de desemprego e subemprego. E o professorado permanece em isolamento social, embora seus familiares estejam no trabalho, ou procurando uma vaga. Criou-se uma separação entre os que estão na labuta diária, apesar da pandemia, e os que são protegidos pelo Estado (considerados de risco ou não).
4. Os longos meses de escolas fechadas acabaram provocando vozes, da própria burguesia e da pequena burguesia, em favor do retorno às aulas. Utilizam para isso os exemplos de outros países, que mantiveram as escolas abertas. Recentemente, se apoiam no relatório do Banco Mundial, um organismo do imperialismo, que mostrou os prejuízos de aprendizagem de um ensino virtual, e as consequências psíquicas, que recaem sobre as crianças e jovens. Sem deixar de falar, certamente, sobre a necessidade de garantir a segurança sanitária das escolas. Por outro lado, as direções sindicais se apoiam no dado concreto de que as escolas não têm condições materiais para o retorno das aulas presenciais, sequer de uma parcela de estudantes. O problema está em que o professorado está à mercê dessas vozes. Isolado em suas casas, e sob o impacto do avanço da pandemia, ficou mais frágil e temeroso. Uma parcela tende a seguir a orientação do sindicato, e outra, premida pelas necessidades materiais, está obrigada a retornar às escolas.
5. Diante desse impasse, só há um caminho que permite a unidade dos professores e uma ação coletiva. Para isso, é preciso que a direção da Apeoesp convoque uma assembleia presencial, e trabalhe para que seja representativa. Só coletivamente, os professores poderão decidir sobre a imposição de Doria. Caso decidam pelo não retorno e aprove a greve, são necessárias ações presenciais de enfrentamento à medida governamental. A assembleia regionalizada e online, em favor da “greve sanitária”, não passará de um boicote à decisão de Doria, que será feito por uma vanguarda. Dependendo da situação política e dos interesses particulares, Doria agirá com mais ou menos força para impor sua decisão. A bandeira de volta somente com a vacinação dos professores já nasceu morta, haja vista a guerra que se armou entre os laboratórios e governos.
6. O grande problema, no entanto, se encontra no fato de a pandemia continuar descontrolada, e a política burguesa do isolamento social ter fracassado. Nessa situação, somente a vacinação universal constituiria uma resposta eficaz. A direção da Apeoesp passou a travar um embate corporativo contra o ex-aliado Doria, no momento que o abandono do isolamento social atingia o professorado. As contradições na política burguesa do isolamento social possibilitaram o retardamento da decisão do governador decidir pela volta às aulas. Nesse momento, a aliança foi rompida, não contra a flexibilização geral do isolamento, mas particularmente contra o retorno às aulas. Ficou claro, assim, que a aliança da direção da Apeoesp com Doria se deveu à representatividade sindical corporativa da educação, no processo geral do isolamento social. Eis por que os ensaios do governo do estado para a volta às aulas se frustraram, com a oposição do sindicalismo corporativo, que, graças ao temor da pandemia, teve respaldo, não só do professorado e pais, como

Diante desse impasse, só há um caminho que permite a unidade dos professores e uma ação coletiva. Para isso, é preciso que a direção da Apeoesp convoque uma assembleia presencial, e trabalhe para que seja representativa.

também de setores da classe média. Doria já não pode ceder a essas pressões, uma vez que não tem como usar o isolamento social, como fez no início da pandemia, principalmente agora, que se iniciou a vacinação. A direção corporativa, então, levantou a bandeira de volta ao trabalho somente depois da vacinação aos professores. E passou a reivindicar prioridade, portanto, acima dos pobres e miseráveis que estão morrendo como moscas. Como se vê, a disputa com Doria já não é contra a quebra do isolamento social na educação, mas em torno à priorização da vacinação. Essa direção sabota a bandeira de vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, pelos bairros operários, favelas e cortiços. E reforça a diretriz governamental de estabelecer um calendário que deixa por último os chamados mais “vulneráveis”. Essa conduta política explica porque os burocratas da Apeoesp – seguindo a burocracia sindical como um todo – não organiza um movimento das massas pela vacinação universal, e ficam rosnando junto aos governantes para que coloquem na escala de prioridade os seus “representados”. Por cima da classe operária e demais explorados, se trava uma guerra das vacinas pelos monopólios e pelas potências imperialistas. Os sindicatos e centrais não se dispõem a denunciar os laboratórios e os governos burgueses, e a organizar um movimento independente, contraposto ao cabo de guerra montado pelos poderosos capitalistas.

7. A burocracia sindical, por ser uma casta, desvincula a educação e o trabalho dos professores das demais atividades econômicas. Não lhe custa desvincular o problema da contaminação na atividade escolar das atividades fabris, comerciais e serviços. Quer fazer crer que é possível a proteção dos trabalhadores em educação, à margem da proteção do conjunto das massas trabalhadoras. Essa ilusão que se despertou entre os professores resulta em enfraquecimento da luta dos explorados nas condições de acelerada crise econômica e social. O país está mergulhado, não apenas na pandemia, mas também no desemprego em massa. A Ford acabou de ser fechada, e não houve uma só iniciativa para unir todos os sindicatos para sair às ruas contra o fechamento de fábricas e defesa dos empregos. Esse embate, no entanto, é o único caminho para vincular as bandeiras da saúde pública, que incluem a luta contra os monopólios farmacêuticos e a rede privada hospitalar, com as bandeiras de emprego, salário e fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Seria um grande feito e educação política, se

os professores se mobilizassem em defesa da vida de todos os explorados, e não permanecessem enclausurados, como se estivessem de fato se protegendo da pandemia na torre de marfim. A burocracia se apoiou no atraso da consciência de classe e no temor, para realizar sua política corporativa, por meio de protestos, reuniões e assembleias virtuais. Apoiou-se na individualização e fragmentação dos professores, para não convocar assembleias presenciais, que eram o único canal capaz de coletivizar a resistência, e compreender a situação geral da crise econômica, social e política. A vanguarda com consciência de classe deve rechaçar de conjunto essa política corporativa e submissa às instituições da burguesia. A Corrente Proletária na Educação, desde o início da pandemia, defendeu uma resposta da Apeoesp como parte da resposta geral dos explorados contra a política burguesa do isolamento social, e defesa de um plano de reivindicações comum da maioria oprimida.

A vanguarda com consciência de classe deve rechaçar de conjunto essa política corporativa e submissa às instituições da burguesia. A Corrente Proletária na Educação, desde o início da pandemia, defendeu uma resposta da Apeoesp como parte da resposta geral dos explorados contra a política burguesa do isolamento social, e defesa de um plano de reivindicações comum da maioria oprimida.

8. O governador Doria passou à ofensiva, no momento em que marcou o retorno às aulas, e derrubou a liminar da Apeoesp. A pressão de parte da burguesia e dos proprietários de escolas sobre o governo do estado de São Paulo é mais efetiva, com o início da vacinação. O que quer dizer que Doria vai utilizar a divisão entre os professores que têm aulas e os que necessitam do trabalho. Qualquer que seja a decisão virtual, será favorável às manobras do governo. Isso por que somente um movimento unitário dos professores, sua coesão consciente em torno a bandeiras claras, como a vacinação universal, emprego a todos, fim do fechamento de fábricas, redução da jornada sem reduzir os salários, abertura de escolas, redução do número de alunos por sala, reverterá o corporativismo, o individualismo e isolacionismo a que os professores foram politicamente submetidos.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

n° 10
ago 2020

POR realiza sua conferência regional no Nordeste

O POR realizou sua Conferência Regional entre os dias 30 e 31/01, em Natal. Estiveram presentes delegados, contatos e simpatizantes do RN, CE, PE e PB, além de representante de São Paulo. A atividade foi antecedida, na noite anterior, pelo lançamento do livro do POR *“Pandemia, avançam a fome e a miséria”*. A Conferência foi iniciada pontualmente, e tanto as exposições como as falas se mostraram disciplinadas. A preparação anterior dos materiais e a discussão prévia dos delegados em suas regionais (que puderam apresentar emendas aos documentos) mostraram que o POR procura aplicar o método leninista da construção do programa, sem improvisos e apresentação de divergências de última hora. O pouco avanço organizativo-partidário do último período, apesar da enorme desintegração econômica capitalista, tem mostrando a tremenda força dos obstáculos colocados à superação da crise de direção revolucionária, que é internacional. Seu pilar no Brasil tem sido o bloqueio imposto à ação da classe operária pela burocracia sindical, secundada nessa tarefa pela esquerda revisionista e eleitoreira.

Chamou atenção o problema do internacionalismo e da necessidade de se superar a divisão de trabalho no seio da militância. O partido leninista caracteriza-se, sobretudo, pela formação de militantes profissionais, que cumpram, simultaneamente, o papel de bons propagandistas, agitadores e organizadores.

A Conferência foi dividida em dois momentos. No primeiro dia, discutiram-se as propostas de resoluções sobre a situação nacional e sobre a política do nacional-desenvolvimentismo para a região do Nordeste. No segundo, tratou-se dos balanços de atividades, e dos problemas políticos a serem enfrentados pelo POR, para a penetração do marxismo-leninismo-trotskismo no seio dos oprimidos.

Houve um rico debate em torno da resolução sobre o nacional-desenvolvimentismo, que procurou mostrar, antes de tudo, a importância do tema, dada a retomada por parte do nacional-reformismo (por ocasião do fechamento da Ford) da propaganda de *“projeto nacional de desenvolvimento e reindustrialização”*, em aliança com a burguesia “democrática”.

A discussão procurou mostrar que os desequilíbrios regionais marcam profundamente os países atrasados, semicoloniais. Que sua raiz está na penetração capitalista de fora para dentro, e no desenvolvimento desigual do capitalismo, que combina as modernas relações de produção burguesas (regiões mais avançadas, suas técnicas mais aprimoradas) com as relações mais arcaicas (regiões mais atrasadas e as técnicas rudimentares conservadas). A discussão procurou mostrar que, no século XX, destacou-se uma fração da burguesia nacional, que levantou a tese de que seria possível, no quadro geral de desenvolvimento econômico da nação, superar as desigualdades regionais, a partir da forte intervenção do Estado, tanto na promoção de um projeto de desenvolvimento regional, como de aportes volumosos de recursos, criação de estatais e regulamentação

do mercado. A tese do nacional-desenvolvimentismo foi posta em prática, a seu modo (com avanços e retrocessos), pelos governos nacionalistas burgueses, por governos militares, após o golpe de 1964, e, mais recentemente, pelo nacional-reformismo petista, depois de 2003. Sua aplicação resultou na fundação de estatais poderosas e em grandes obras estruturantes, sem jamais romper o domínio imperialista das forças produtivas internas, nem o controle da grande burguesia sobre a economia nacional; razão pela qual haveria de fracassar, e fracassou. O debate concluiu com a observação de que a tarefa democrática da superação dos desequilíbrios regionais, há muito, passou para as mãos do proletariado. Este a solucionará, tal como as demais tarefas pendentes do capitalismo atrasado, unicamente através da revolução e ditadura proletárias.

O debate da resolução nacional centrou-se no fechamento da Ford e na política traidora das correntes de esquerda, que abraçaram a política burguesa de isolamento social. Em ambos os casos, se verificou o enorme bloqueio das centrais sindicais

e da direção reformista à ação generalizada e nacional da classe operária, em defesa dos empregos, salários e saúde. Chamou a atenção, em particular, a miserável posição das direções sindicais de se recorrer a negociar indenizações para os milhares de demitidos da montadora norte-americana, em contraposição à

bandeira de ocupação, controle operário e defesa de sua estatização sem indenização. Destacou-se no debate, igualmente, a hipocrisia das esquerdas eleitoreiras, de se colocarem contra os atos de rua, e refugiarem-se nas atividades virtuais, de criticarem o POR por denunciar a suspensão do dia nacional de luta de 18 de março, enquanto saíam à caça de votos, com atividades públicas, em meio às eleições de novembro. A conferência encerrou seus trabalhos no primeiro dia com a votação favorável à aprovação das duas resoluções e das emendas apresentadas.

O segundo dia esteve reservado à discussão dos balanços de atividades. Observou-se um esforço para mostrar os avanços e recuos nos setores em que o POR tem intervido, assim como as dificuldades encontradas pelo lento desenvolvimento dos quadros. Houve destaque para a necessidade de que os militantes superem a passividade diante dos problemas e tarefas políticas partidárias, assim como de se elevarem como bons organizadores, e tomar em suas mãos os problemas da intervenção partidária nas frentes. Chamou atenção o problema do internacionalismo e da necessidade de se superar a divisão de trabalho no seio da militância. O partido leninista caracteriza-se, sobretudo, pela formação de militantes profissionais, que cumpram, simultaneamente, o papel de bons propagandistas, agitadores e organizadores. Especial atenção foi dada à discussão sobre o trabalho operário. Pela primeira vez, a conferência teve como fazer um balanço do trabalho operário de suas regionais, a partir de uma intervenção prática e regular. O POR luta para penetrar no proletariado, e ajudar a transformar o instinto comunista da classe

em consciência revolucionária. Notaram-se as dificuldades próprias do trabalho de fora para dentro, e a necessidade do boletim Nossa Classe exprimir, tantos problemas sindicais, como os diretamente políticos. Houve uma particular recomendação para o trabalho entre a juventude, especialmente os secundaristas. A conferência se encerrou com uma saudação e um viva à construção do Partido Operário Revolucionário.

O POR sai fortalecido de sua conferência regional. O nível mais elevado do debate e a maior homogeneidade política si-

nalizam avanços na formação dos quadros partidários. As tendências de estagnação e crise, as mortes ocasionadas pela pandemia, as demissões e o desemprego insuportável, tal como a retomada das contrarreformas, castigam duramente as massas, e lançarão os explorados à luta. O POR, que realiza suas conferências em meio à desagregação econômica e à ofensiva geral da burguesia, convida a vanguarda a assimilar o programa da revolução proletária, e erguer a bandeira da frente única em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde a todos.

Conferência do POR Nordeste

Lançamento do livro sobre a Pandemia expõe a crise de direção revolucionária

O lançamento do livro “Pandemia: avançam a miséria e a fome”, realizado no dia 29 de janeiro, é expressão do acúmulo das intervenções do Partido Operário Revolucionário durante a crise sanitária. Momento em que as direções sindicais abandonaram os explorados, aplicando a política burguesa de isolamento social, quando milhões seguiam trabalhando, e uma parcela da população foi obrigada a ficar em casa desempregada, ou com perdas de direitos e diminuição de salários. Os oprimidos, diante dos ataques da burguesia reagiram, porém, padeceram do isolamento político. Houve as greves dos Correios, rodoviários, demissão de milhares de trabalhadores da Volkswagen, da Embraer, dos sacoleiros do porto de São Sebastião, assassinato da juventude negra e pobre. Movimentos que foram abandonados pelas centrais e partidos de esquerda, que poderiam dar uma unidade nacional, com a organização de uma frente de luta para defender os empregos, salários e direitos.

A burguesia recebeu grandes ajudas: isenção, subsídio e a Medida Provisória 936. O Estado burguês socorreu os grandes proprietários, que é a classe que está no controle econômico do capitalismo. Repassou algumas migalhas para os explorados, como o auxílio emergencial, apenas para conter a possibilidade de saques, e manter a demanda para as mercadorias dos capitalistas. A pandemia revelou que, durante as crises econômica e pandêmica, a classe que vai ser protegida é a burguesia, e que o isolamento científico é inaplicável sob o sistema

capitalista. Traz também a importante lição de que jamais o proletariado pode confiar à burguesia o destino de suas vidas.

O proletariado sem independência de classe esteve desarmado política e organizativamente diante da política de isolamento social da burguesia. As direções e partidos de esquerda se dissolveram, submetendo-se à política burguesa do isolamento social. O POR foi a única organização que não se dissolveu na pandemia, e fez a defesa das assembleias e atos presenciais pelas reivindicações.

O POR sofreu ataques dos partidos de esquerda por defender o programa próprio dos oprimidos durante a pandemia, foi criticado como irresponsável por defender a manutenção do 18 de março e dos atos de rua. Porém, quando estouraram as manifestações nos EUA contra a opressão racial, e quando a juventude oprimida vai às ruas no Brasil a partir do chamado das torcidas organizadas, confirmou-se na prática que o POR estava correto. As direções foram obrigadas, a contragosto, a acompanhar o movimento, apenas para tentar desviar as tendências de luta para o “Fora Bolsonaro” e eleições. Em um dos atos, projetou-se a bandeira do POR de revolução e ditadura proletária, que estava combinada com as reivindicações imediatas dos explorados, como a defesa dos empregos, direitos e contra o fechamento da Kostal.

No período eleitoral, as disputas interburguesas em torno da caça aos votos demonstraram como as direções são traidoras das reivindicações dos explorados, saíam de seu isolamen-

to social para buscar os seus votos, numa pura demonstração de seu papel conciliador e colaborador de classes, e abandono das reivindicações dos explorados.

O livro traz também como as direções sindicais desorganizaram os explorados, com a suspensão do ato nacional do dia 18 de março, o freio que impunham ao movimento, fechamento dos sindicatos e alinhamento com o grupo de governadores, que apoiavam a OMS. Escancarou, assim, a crise de direção que sofre o proletariado.

O livro também traz uma parte com as declarações e manifestos nacionais, boletins e notas sindicais, atos presenciais e homenagens aos revolucionários históricos da classe proletária.

Abriram-se inscrições para o debate. Militantes e simpatizantes referiram-se ao acerto das posições do POR em começar por demonstrar que a política do isolamento social não protegeria a vida dos explorados. Diferentemente dos reformistas, da burocracia sindical e das correntes de esquerda, a militância propagandeou e agitou o programa de emergência da classe operária, que se opunha às ações do governo, do Congresso Nacional e da burguesia. O livro “Pandemia: avançam a miséria e a fome” é a prova prática do esforço dos marxistas-leninistas-trotskistas de não se desvincularem um só segundo da classe operária e dos demais oprimidos.

A atividade foi concluída com o viva à Conferência do POR Regional Nordeste e à construção do Partido Operário Revolucionário.

Fórum Social Mundial Virtual 2021

Na contramão dos interesses e necessidades dos exploradores

Entre os dias 23 e 30 de janeiro, aconteceu o 20º Fórum Social Mundial (FSM). Dezenas de painéis e debates virtuais se sucederam, avaliando a situação de movimentos e organizações operárias e populares, diante da desagregação social, impulsionada pelos estragos da pandemia. Destacamos os pontos relevantes, por colocarem as tarefas dos movimentos e sindicatos.

Saídas reformista e estalinista à crise

1. “Justiça econômica”.

João Paulo (MST) disse que a pandemia trouxe dois aspectos novos: a) a *“combinação da tecnologia com o mundo do trabalho”*, e b) destruição acelerada do ambiente. O que exigia debater qual o “modelo” de Estado, para *“promover as reformas”*, aplicar as tecnologias em benefício dos trabalhadores, e impulsionar os *“novos modelos de economias produtivas e solidárias”*.

Rosa Salamanca (LATINDAT) afirmou que só se conquistaria a “justiça econômica”, se se garantisse a renda básica universal, e quando os estados assumissem a *“justiça fiscal”*, impondo *“impostos progressivos”* às grandes fortunas.

Eric Toussaint (Comitê pela Abolição da Dívida Ilegítima) colocou a importância de *“suspender o pagamento das dívidas”*, orientando seus recursos à compra de *“medicamentos, equipamentos”*, e à criação de empregos, enquanto durar a pandemia.

Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) e Luciana Ghiotto (Clasco) destacaram a importância de os movimentos lutarem *“pela auditoria cidadã das dívidas”*, *“auditorias integrais dos tratados de livre comércio”*, exigir do Estado *“controlar e supervisionar os mecanismos de endividamento ilegais”*, e a necessidade de as massas exercerem o *“controle popular”*.

2. “Previdência Social Pública e da Classe Trabalhadora”

Patrícia Pelatieri (diretora técnica adjunta do DIEESE) disse que se devia lutar por *“aumentar o número de parcelas do seguro-desemprego e investimentos públicos para a retomada da economia”*. Assinalou ainda a necessidade da *“repactuação dos direitos trabalhistas e previdenciários”*. E que se devia começar a *“acumular forças”* e *“forjar alianças”*, para mudar o curso das derrotas.

Carlos Gabas (ex-Ministro da Previdência Social do Brasil) reconheceu que não se poderia *“sair do fascismo para ir à esquerda”*, nem *“voltar ao anterior”* – se referindo aos direitos destruídos nos últimos anos. Estava colocado *“mudar a correlação de forças”* e *“a lógica política nos consensos parlamentares”*. O que exigia definir *“a quem o Estado vai servir”*, e lutar pela *“elegibilidade de Lula”*.

3. “A crise da indústria brasileira e a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento”

Afirmou-se no painel que a via da *“industrialização integral”* é a do *“desenvolvimento nacional”*, baseado na intervenção do

Estado na economia. Projeto esse que ganhou expressão desde os anos de 1950. Mas, foi destruído pelo golpe de Estado de 1964, e pelas políticas neoliberais que se seguiram.

A desindustrialização atual seria um reflexo da falta de políticas públicas, para equacionar os efeitos negativos da *“especialização da produção”* e das *“mudanças tecnológicas”*. O que acabaria por impor a *“primarização”* à economia brasileira, orientada às exportações de commodities. Eis por que *“retomar a industrialização”* e a integrar à *“quarta revolução industrial”* – a tecnológica – não seria possível sem *“alianças políticas”*, visando a erguer um *“projeto nacional de desenvolvimento”*.

Julio Gambina (Argentina) divergiu desse programa. Segundo disse, o objetivo do debate devia ser o de avançar à *“elaboração de uma estratégia de classe perante o capitalismo”*. E que a *“fragmentação e oposições no interior do movimento operário”* impediam avançar nessa trilha.

4. “Desafios do sindicalismo classista diante da crise do capitalismo e da pandemia”

Para Enrique Trigo (Federação Sindical Mundial Cone Sul), a pandemia *“nos deixou a oportunidade de disputar com o capital”* a consciência da população, qual *“a agenda política e econômica nos próximos anos”*.

Marcelo Abdala (PIT CNT – Uruguai), por sua vez, afirmou que o sindicalismo classista precisava *“ser refundando”*, uma vez que abandonou a ligação de lutas pelas reivindicações imediatas à luta pelo socialismo. Somente assim, disse, se iria superar a simples *“expressão de desejos”*, construindo uma verdadeira *“ferramenta para a luta socialista”*.

Para Adilson Araújo (Presidente da CTB), *“somente um levante popular será capaz de salvar o Brasil”*. Como essa via não estava colocada, tratava-se de *“acumular forças”*, e de fazer tudo para *“preservar as vidas”*. Colocava-se, portanto, a tarefa imediata de *“pressionar o Congresso a mudar a política genocida”* e *“desgastar o governo Bolsonaro”*. Eis a importância da formação de uma *“frente ampla com qualquer partido, sindicato e corrente”*, para cumprir tais objetivos, concluiu.

5. “O papel dos sindicatos após a pandemia”

Organizado por sindicatos de universidades e pelo funcionalismo público da América Latina, o painel destacou, especialmente, que o crescimento das desigualdades tinha impulsionado o *“descontentamento social”*. Mas, que esse não se traduzia em *“luta contra-hegemônica”* pelo poder. Nesse contexto, o papel dos sindicatos seria o de avançar a unidade em defesa dos *“processos de mudança social e política”*, que sirvam aos interesses dos trabalhadores. Tratava-se de *“acumular poder”* – dentro e fora das instituições – na perspectiva de impor as *“mudanças necessárias”*.

Semeando ilusões, preparando novas traições

A “justiça fiscal”, a “auditoria cidadã das dívidas”, a promessa de que um governo, apoiado no “poder popular”, favorecerá os “investimentos públicos”, e barrará as tendências destruidoras do capitalismo, aplicando “novos modelos de economias produtivas e solidárias”, não passam de farsa reformista. O fato concreto é que os partidários do “poder popular”, criado por conquistas eleitorais, e a burocracia sindical se mostram incapazes de combater as contrarreformas capitalistas, que vêm sendo impostas em todo o mundo. A posição de atenuar a miséria, com o aumento no “número de parcelas do seguro-desemprego”, é uma confissão de impotência.

Gabas, um homem das entranhas da burocracia estatal a serviço do grande capital, afirmou claramente: não tenham nenhuma ilusão de que possamos “voltar ao anterior”. Esse é o real conteúdo da tal de “repactuação dos direitos trabalhistas e previdenciários”. Que promete mudar tal ou qual aspecto da Previdência, mas sem tocar no parasitismo financeiro e nos monopólios imperialistas.

Eis como os reformistas de várias linhagens, entre elas a estalinista, matam no nascedouro o seu “projeto nacional de desenvolvimento” com distribuição de renda. “Acumular forças” e “forjar alianças” são o arcabouço retórico que justifica a política de conciliação de classes.

Os expositores mais cautelosos do reformismo e estalinismo alertam sobre as consequências de insistir nessa política já fracassada. Mas, ao defender participar dos “processos de mudança social e política”, provam a impostura de seu “sindicalismo classista” e a impotência para romper com o frente-populismo. Ou seja, se convertem em um instrumento de desvio da luta de classes, para as composições eleitorais, e constituição de governos nacional-reformistas burgueses.

Das ilusões reformistas, à capitulação política

Nos seus documentos fundacionais, o FSM afirma o objetivo de “elaborar alternativas para uma transformação social global”. Ou, segundo o slogan: “Outro mundo é possível”.

Pretende apresentar-se como instrumento dos movimentos populares e das organizações políticas, para enfrentar os ditames do Fórum Econômico Mundial de Davos (que reúne, há 50 anos, os representantes do capital imperialista, propondo “agendas políticas e econômicas” próprias dos exploradores, e a “unidade global” dos povos para impô-las).

Ainda que o FMS tenha surgido após os levantes das massas que se chocavam com os governos “neoliberais”, a crise de direção revolucionária impediria aproximar as massas do programa da revolução e ditadura proletárias. A conjuntura de crescimento econômico e a estatização de movimentos e sindicatos favoreceram a ascensão do nacional-reformismo ao poder dos Estados. Condições essas que convergiram para fazer do FSM um bloqueio ao avanço dos movimentos e organizações pela via de sua independência de classe.

Eis por que prevalecem o palavreado acadêmico e a política democratizante nos debates e palestras, acobertando as traições diárias das direções políticas e sindicais. No mo-

mento em que se discursava sobre acumular forças, avançar no sentido do “poder popular”, refundar o sindicalismo classista, repactuar os direitos trabalhistas, combinar tecnologia com trabalho e realizar a luta contra-hegmonica, a Ford fechava suas fábricas no Brasil. Nenhuma resposta à altura surgiu no 20º Encontro do Fórum. As demissões em massa e o precipício da fome passaram longe das preocupações do piquenique de intelectuais da pequena burguesia e de burocratas apodrecidos até a medula. Está aí por que o Fórum Social se mostrou incapaz de fazer um balanço crítico da falência dos governos nacional-reformistas, diante da desintegração do capitalismo, do recrudescimento da guerra comercial tra-

No momento em que se discursava sobre acumular forças, avançar no sentido do “poder popular”, refundar o sindicalismo classista, repactuar os direitos trabalhistas, combinar tecnologia com trabalho e realizar a luta contra-hegmonica, a Ford fechava suas fábricas no Brasil. Nenhuma resposta à altura surgiu no 20º Encontro do Fórum.

vada pelo imperialismo e do ataque em toda a linha às condições de existência das massas mundiais, e, em particular, latino-americanas. Não poderia ser capaz de reconhecer que a política de colaboração de classes das direções sindicais é responsável pelo desarme ideológico, político e organizativo da classe operária, diante dos ataques dos capitalistas às massas e recrudescimento da opressão imperialista sobre as nações atrasadas e semicolônias. O 20º Encontro do Fórum Social retratou o reformismo desorientado e servil. A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a tarefa de libertar os sindicatos das direções pró-capitalistas.

Combater e derrotar o colaboracionismo

Os traidores e agentes da burguesia no seio do movimento operário, estudantil, camponês e popular podem continuar a envenenar a consciência dos explorados, apoiados no atraso político e ideológico de parte da vanguarda da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida.

Mas, a marcha objetiva da desagregação capitalista – que segue as leis objetivas de sua decadência – se encarregará de demonstrar que não há como barrar as contrarreformas, breçar a desindustrialização e defender as condições de vida das massas, enquanto o capitalismo permanecer em pé.

O reformismo e estalinismo estão atados às tendências desintegradoras do capitalismo. Seguem a curva ascendente de sua degenerescência. E perecerão junto com ele. As condições objetivas e históricas favorecem a luta da vanguarda com consciência de classe contra os reformistas e estalinistas, como parte da luta contra a burguesia e seu Estado. A tarefa de ganhar as organizações das massas para a política revolucionária se destaca, no confronto entre revolução e contrarrevolução.

Está aí a importância de a vanguarda com consciência de classe avançar na construção do partido da revolução e ditadura proletárias, marxista-leninista-trotskista, e de potencializar as bandeiras que expressam as reais necessidades e interesses da classe operária, em cada momento da luta de classes.

102 anos da fundação da III Internacional Comunista

Entre os dias 2 e 6 de março de 1919, foi realizado, em Moscou, o I Congresso de fundação da III Internacional.

Em 6 de março de 1920, Lênin pronunciou o *“Discurso na sessão solene do Soviete de Moscou, em comemoração do 1º aniversário da III Internacional”*. A sua importância, como documento histórico, reside, não só no fato de demonstrar o acerto organizativo e programático da ruptura dos marxistas, tendo à frente os bolcheviques, com a II Internacional, mas também por refletir a situação mundial, após quase três anos da revolução de outubro de 1917. Nota-se que esse discurso não tem merecido o devido estudo e divulgação, nos dias atuais, porque Lênin enfatiza o avanço da revolução proletária internacional, e vê como certa a revolução comunista na Europa. Avalia que uma nova guerra ocorreria inevitavelmente, inclusive indicando dois oponentes, o Japão e os Estados Unidos. Não era possível determinar o momento, mas a divisão do mundo realizada pela pri-

meira guerra mundial deixava antever que as disputas interimperialistas não haviam terminado. O que colocava a luta de classes em um patamar mais elevado na Europa e em todo o mundo. A III Internacional, portanto, tinha a seu favor a derrocada do capitalismo, e o avanço do comunismo. Os acontecimentos imediatamente posteriores comprovaram a tese leninista de que o proletariado europeu, principalmente na Alemanha, somente não avançou no sentido preciso da avaliação de Lênin, em contrapartida, evidenciaram a questão chave de qualquer revolução, que é a direção revolucionária. A nova guerra mundial se iniciou dezoito anos depois da previsão contida no discurso de um ano da fundação da III Internacional.

A experiência da Revolução Russa, as conquistas teóricas e programáticas e a III Internacional não puderam ser encarnadas pelo proletariado mundial, devido ao revisionismo estalinista do leninismo, e a desfiguração da Internacional

Comunista. A revolução chinesa, principalmente, confirmou os prognósticos de Lênin, mesmo ocorrendo em um país distinto dos países europeus, por seu atraso e sua condição semicolonial.

O avanço do imperialismo, no pós-guerra, agora encabeçado pelos Estados Unidos, sobre as conquistas do proletariado mundial e, finalmente, o triunfo da restauração capitalista, que levou à destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), lançaram uma névoa tóxica sobre o sistema de ideias marxista-leninista. O que explica o esquecimento desse discurso, que, apesar de sua forma oral e sintética, expressa o internacionalismo proletário, nas condições de consolidação da Revolução Russa, constituição da III Internacional e falência histórica da socialdemocracia reformista.

Esses são os motivos que nos levaram a traduzir e publicar esse discurso, e não simplesmente porque marca o primeiro ano de existência da III Internacional.

Discurso na sessão solene do Soviete de Moscou, em comemoração do 1º aniversário da III Internacional

Lênin, 6 de março de 1920

Camaradas, transcorreu um ano da fundação da Internacional Comunista. Durante este ano, a Internacional Comunista alcançou vitórias, que não se podiam prever; atrevemos dizer que, quando foi fundada, ninguém esperava êxitos tão imensos.

No primeiro período da revolução, muitos alimentaram a esperança de que a revolução socialista se iniciaria na Europa ocidental, imediatamente depois do término da guerra imperialista. Então, quando as massas estavam armadas, a revolução podia realizar-se exitosamente também em alguns países ocidentais. E assim poderia ocorrer, caso na Europa ocidental não se houvesse produzido a mais profunda divisão do proletariado, e as maiores traições imagináveis dos antigos dirigentes socialistas.

Até agora, não sabemos exatamente como se fez a desmobilização, e como se faz a liquidação da guerra. Não sabemos, por exemplo, o que ocorreu na Holanda, a não ser por um só artigo, no qual se informa, sobre o discurso de um comunista holandês – somente por um artigo, casualmente, e se escreveram muitos deste tipo –, pudemos saber que, na Holanda, país neutro que se viu menos envolvido na guerra imperialista, o movimento revolucionário adquiriu tais proporções, que já

criaram soviets; e Troelstra, uma das figuras mais destacadas da socialdemocracia oportunista holandesa, reconheceu que os operários poderiam ter tomado o poder.

Se a Internacional não estivesse nas mãos dos traidores, que salvaram a burguesia no momento crítico, teria sido muito provável que, depois da guerra, ocorresse rapidamente uma revolução em muitos países beligerantes, e também em alguns países neutros, nos quais o povo estava armado, então, o desenlace teria sido diferente.

Mas, os acontecimentos não se passaram assim. A revolução não ocorreu com tanta rapidez, e agora tem de percorrer todo o caminho do desenvolvimento que nós empreendemos, já antes da primeira revolução, antes de 1900, pois, fomos capazes de dirigir o proletariado somente devido a que se passaram mais de dez anos até 1917.

O que ocorreu em 1905 foi, por assim dizer, o ensaio da revolução, e, em parte por causa disso, pudemos aproveitar na Rússia o momento da bancarrota da guerra imperialista, para que o proletariado tomasse o poder. Devido a uma série de acontecimentos históricos, e em virtude da podridão total da autocracia, conseguimos iniciar facilmente a revolução, mas, quanto mais fácil foi o seu começo, tanto mais difícil foi con-

tinuá-la em um país isolado. A julgar pela experiência do ano passado, podemos dizer que, em outros países, onde os operários estão mais desenvolvidos, onde há mais indústria, e onde o número de operários é muito superior, a revolução se desenvolveu mais lentamente. Seguiu o nosso caminho, mas muito mais vagarosamente.

Os operários continuam neste lento desenvolvimento, clareando o caminho da vitória do proletariado, que, sem dúvida, se aproxima com celeridade maior que a nossa, pois, quando se observa a III Internacional, assombra a rapidez com que se estendeu, marchando de êxito em êxito.

Notem como se divulgam por todo o mundo nossas feias palavras, como “bolchevismo”, por exemplo. Apesar de nos denominarmos Partido Comunista, e do termo “comunista” ser científico e estar generalizado na Europa, ali e em outras partes, está menos difundido que a palavra “bolchevique”. Nossa palavra russa “soviet” é uma das palavras mais conhecidas, até o ponto de que nem sequer se traduz a outros idiomas, de tal forma que em toda a parte se pronuncia em russo.

Apesar das mentiras da imprensa burguesa, apesar da furiosa resistência de toda a burguesia, as simpatias das massas operárias estão do lado dos soviéticos, do poder soviético e do bolchevismo. Quanto mais a burguesia mente, tanto mais contribui para divulgar em todo o mundo a experiência que realizamos com Kerenski.

Alguns dos bolcheviques que chegaram ao nosso país vindos da Alemanha foram recebidos na “república democrática” com ataques e perseguições, organizados no mais puro estilo norte-americano. Kerenski, os socialistas revolucionários e os mencheviques ajudaram, no que foi possível nessa perseguição. Dessa maneira, agitaram os setores do proletariado, e os obrigaram a pensar que, se os bolcheviques eram perseguidos assim, algo de bom teriam. (Aplausos).

E quando, de tempo e tempo, vocês recebem do estrangeiro notícias incompletas e, não podendo ler toda a imprensa, leem por exemplo um número do The Times, o jornal inglês mais rico, no qual se citam palavras dos bolcheviques, para demonstrar que durante a guerra defendiam a guerra civil, vocês tiram a conclusão de que até os representantes mais inteligentes da burguesia perderam completamente a cabeça. Quando este jornal inglês menciona o livro “Contra a corrente”, recomenda-o aos leitores ingleses, e cita passagens para demonstrar que os bolcheviques são o que há de pior, gente que fala do caráter criminoso da guerra imperialista e defende a guerra civil, vocês se convencem de que toda a burguesia, que nos odeia, nos está ajudando, pelo que saudamos e agradecemos! (Aplausos)

Nós não temos imprensa diária, nem na Europa, nem na América do Norte. A informação sobre o nosso trabalho, portanto, é muito pobre, e nossos camaradas sofrem dura perseguição. Mas, quando vocês veem que a imprensa imperialista mais rica dos aliados, na qual se publicam notícias por meio de milhares de jornais, perdeu-se o sentido da medida, a tal



Se tivemos êxito, foi porque começamos a atuar quando a situação era revolucionária e o movimento operário já existia em todos os países. Por isso, vemos hoje que, no anarquismo e no socialismo, se produz uma divisão. Isso faz com que em todo o mundo os operários comunistas participem da criação de novas organizações, e se unifiquem na III Internacional. Essa é a atitude mais correta.

ponto que, em seu desejo de ferir os bolcheviques, publicam-se abundantes citações das obras dos bolcheviques, extraindo-as de publicações da época da guerra, para demonstrar que falávamos do caráter criminoso da guerra, e que trabalhávamos para transformá-la em guerra civil, isso demonstra que esses inteligentíssimos senhores chegaram a ser tão idiotas como nosso Kerenski e seus lacaios. Portanto, podemos assegurar que essa gente, os líderes do imperialismo inglês, cumpriram uma esmerada e durável tarefa de ajuda à revolução comunista. (Aplausos)

Camaradas, antes da guerra, parecia que a divisão principal no movimento operário era a que existia entre socialistas e anarquistas. E não somente parecia, senão que assim era. Durante um longo período, até a guerra imperialista e a revolução, na imensa maioria dos países europeus, não existiu uma situação objetivamente revolucionária. A tarefa consistia, então, em aproveitar esse lento processo para realizar uma preparação revolucionária. Os socialistas a iniciaram, mas os anarquistas não compreenderam sua necessidade. A guerra criou uma situação revolucionária, e a velha divisão se tornou antiquada. Por um lado, os principais dirigentes do anarquismo e do socialismo se tornaram chauvinistas, e mostraram o que significava defender os seus próprios espoliadores burgueses, contra outros espoliadores burgueses, responsáveis pela guerra que destruiu milhões de seres. Por outro lado, nasceram novas tendências contra a guerra e o imperialismo, e em favor da revolução social, na própria base dos velhos partidos. Dessa forma, a guerra provocou a mais profunda crise, e tanto os anarquistas como os socialistas se dividiram, uma vez que os líderes par-

lamentares socialistas se alinharam aos chauvinistas, enquanto que, na base, uma crescente minoria se separava deles, e começou a se deslocar para o lado da revolução.

Consequentemente, o movimento operário de todos os países seguiu uma nova linha, não a linha dos anarquistas e socialistas, mas a que podia conduzir à ditadura do proletariado. Essa divisão se tornou visível em todo o mundo, e se iniciou antes da fundação da III Internacional.

Se tivemos êxito, foi porque começamos a atuar quando a situação era revolucionária e o movimento operário já existia em todos os países. Por isso, vemos hoje que, no anarquismo e no socialismo, se produz uma divisão. Isso faz com que em todo o mundo os operários comunistas participem da criação de novas organizações, e se unifiquem na III Internacional. Essa é a atitude mais correta.

Se, de novo, surgem divergências, por exemplo, em torno da utilização do parlamento, depois da experiência da revolução russa e da guerra civil, depois que se conheceu em todo o mundo a figura de Liebknecht, seu papel e importância entre os parlamentares, é absurdo rechaçar a utilização revolucionária do parlamento. Para os homens da velha concepção, está claro que não se pode colocar, como em outros tempos, o problema do Estado. Ao velho e livresco enfoque desse problema, seguiu um novo enfoque, baseado na prática, e nascido do movimento revolucionário.

Diante de toda a força unida e centralizada da burguesia, é indispensável opor a força unida e centralizada do proletariado. Agora, portanto, o problema do Estado se deslocou de um plano a outro, e as antigas divergências começam a perder sentido. A antiga divisão do movimento operário deu lugar a outras novas, e a atitude diante do poder soviético e da ditadura do proletariado adquiriu uma importância de primeira ordem.

A Constituição soviética mostra, evidentemente, o que se passou na revolução russa. Nossa experiência e o estudo da mesma demonstraram que todos os tipos de velhos problemas se reduzem atualmente a um, a favor ou contra o poder soviético; pela dominação burguesa, pela democracia (das formas de democracia que prometem igualdade do bem alimentado e do faminto, a igualdade do capitalista e do operário nas eleições, dos exploradores e explorados, que servem para ocultar a escravidão capitalista); ou bem pela dominação proletária ou pelo esmagamento implacável dos explorados.

Pela democracia burguesa, podem estar somente os partidários da escravidão capitalista. Vemos isto na imunda literatura da escravidão capitalista. Vemos isto na imunda literatura da guarda branca de Kolchak e Denikin. Depois de limpar muitas cidades russas desse lixo, sua literatura foi recolhida e enviada

a Moscou. Vocês podem examinar os escritos dos intelectuais russos, como Chirikov, ou dos pensadores burgueses como E. Trubetskoi, e é interessante ver como ajudam a Denikin, e, ao mesmo tempo, como raciocinam sobre a Assembleia Constituinte, sobre a igualdade, etc. Seus argumentos sobre a Assembleia Constituinte são úteis para nós. Quando realizaram essa propaganda entre as massas da guarda branca, nos ajudaram em todos os acontecimentos, mesmo em todo o curso da guerra civil.

Com seus próprios argumentos, mostraram que, da parte do poder soviético, estão os revolucionários sinceros, que simpatizam com a luta contra os capitalistas. E isso surge plenamente no transcurso da guerra civil.

Depois da experiência adquirida, depois do que ocorreu na Rússia, Finlândia e Hungria, depois da experiência de um ano nas repúblicas democráticas, na Alemanha, já não se pode objetar a necessidade de um poder central, da ditadura e de uma vontade única, a fim de que a vanguarda do proletariado se coesione, desenvolva e coloque o Estado sob novas bases, mantendo com firmeza o poder em suas mãos. Nem tampouco é possível escrever digressões sobre essa questão. A democracia ficou definitivamente sem a máscara. Está aí por que, em todos os países, nas mais variadas formas, crescem irresistivelmente os numerosos sintomas do fortalecimento do movimento comunista em favor do poder soviético, da ditadura do proletariado.

Esse crescimento chegou a tal ponto, que partidos como os dos independentes alemães e o partido socialista fran-

cês, nos quais predominam dirigentes do velho tipo, que não compreendem a nova propaganda, nem as novas condições, que não modificaram em absoluto sua atividade parlamentar, senão que a transformaram em um meio para evitar os problemas fundamentais, e entreter os operários com debates parlamentares. Inclusive esses dirigentes tiveram de reconhecer a ditadura do proletariado e o poder soviético. E isso é assim porque as massas operárias se fazem sentir, e os obrigam a esse reconhecimento.

Vocês sabem, pelos discursos de outros camaradas, que essa mudança de posição do partido alemão dos independentes, o reconhecimento da ditadura do proletariado e do poder soviético, foi o golpe final e decisivo desfechado sobre a II Internacional. Levando em conta a situação existente, pode-se dizer que a II Internacional morreu e que as massas operárias da Alemanha, Inglaterra e França passaram para o lado dos comunistas. Na Inglaterra, também temos um partido independente, que continua sustentando o ponto de vista da legalidade e condenando a violência dos bolcheviques. Não faz muito tempo, apareceu em seu jornal uma seção de polêmica. Pois bem, ali se debate o problema dos soviéticos, e, junto a um artigo



Depois da experiência adquirida, depois do que ocorreu na Rússia, Finlândia e Hungria, depois da experiência de um ano nas repúblicas democráticas, na Alemanha, já não se pode objetar a necessidade de um poder central, da ditadura e de uma vontade única, a fim de que a vanguarda do proletariado se coesione, desenvolva e coloque o Estado sob novas bases, mantendo com firmeza o poder em suas mãos.

publicado nos jornais operários ingleses, vemos um artigo de um inglês que não quer levar em conta a teoria do socialismo, e persiste em seu estúpido desprezo pela teoria, o que não o impede de, levando em conta as condições de vida da Inglaterra, chegar a uma conclusão categórica e diga: não podemos condenar os soviéticos, senão apoiá-los.

Isso demonstra que, inclusive em setores operários atrasados de países como a Inglaterra, as coisas começaram a mudar, e se pode dizer que as velhas formas do socialismo morreram para sempre.

A Europa caminha para a revolução, não como se passou na Rússia, mas a Europa, essencialmente, passa pela mesma experiência. Cada país deve passar a seu modo, já começou a passar, pela luta interna contra seus próprios mencheviques e contra seus próprios oportunistas e socialistas revolucionários, que, com outro nome e em maior ou menor grau, existem em todos os países.

Justamente porque vivem independentemente essa experiência, se pode afirmar que a vitória da revolução comunista em todos os países é inevitável, e, quanto maior sejam as vacilações nas fileiras dos inimigos e sua insegurança, que se expressam na declaração de que os bolcheviques são criminosos e que nunca acertarão a paz com eles, tanto melhor para nós.

Agora dizem: ainda que no caso de comercializar com os bolcheviques, não os reconheceremos. Nada temos a objetar: é possível, provem, senhores. Quanto a não nos reconhecer, podemos compreender. Consideraríamos um erro da parte de vocês, se nos reconhecessem. Mas, se estão tão confusos que primeiro declaram que os bolcheviques são infratores de todas as leis divinas e humanas, e que não vão negociar, nem fazer as pazes com eles, e depois dizem que iniciarão o intercâmbio comercial com a URSS, mas sem reconhecer nossa política, isto é para nós uma tal vitória, que impulsiona e fortalece o movimento comunista entre as massas populares de cada país. O movimento é tão profundo que, além daqueles que aderiram oficialmente à III Internacional, se perfilam nos países avançados uma série de movimentos, que, mesmo que não tenham aderido ao socialismo ou ao comunismo, e continuem condenando o bolchevismo, se aproximam ao mesmo tempo dele pela força das circunstâncias.

A guerra no século XX, em um país civilizado, obriga o governo a expor suas ações. Um jornal francês publicou documentos do ex-imperador austríaco, Carlos, que, em 1916, propôs paz à França. Agora, sua carta foi publicada, e os operários se dirigiram ao líder socialista Albert Thomas, e lhe perguntaram: então, você estava no governo, e ao seu governo foi proposta a paz. Então, o que você fez? Diante dessa pergunta,

Albert Thomas ficou em silêncio.

Somente agora, aparecem essas revelações. As massas populares não são analfabetas, e, nem na Europa, nem na América, podem manter a antiga atitude diante da guerra. E perguntam: para que morreram 10 milhões de homens, e foram mutilados 20 milhões? Fazer essa pergunta, significa obrigar as massas populares a se voltarem para a ditadura do proletariado. Fazer essa pergunta, significa contestar assim: morreram 10 milhões de homens e foram mutilados 20 milhões, para resolver o problema de quem se enriqueceria mais, os capitalistas alemães ou os capitalistas ingleses. Essa verdade, por mais esforço que se faça para ocultá-la, se vai mostrando, passo a passo.

A queda dos governos capitalistas é segura, pois, todo mundo vê que uma nova guerra, como a última, é inevitável, se continuam no poder os imperialistas e a burguesia. Novas disputas e conflitos se desenvolvem entre o Japão e a América do Norte, preparados por décadas de história diplomática de ambos os países. As guerras são inevitáveis, devido à propriedade privada, a guerra entre a Inglaterra, que obteve as colônias por meio do saque, e a França, que se considera despojada de sua parte, é inevitável. Ninguém sabe como e onde iniciará a guerra, mas todo o mundo vê, sabe e diz que é inevitável, e que se está preparando de novo.

Esta situação no século XX, em países onde não existe em absoluto o analfabetismo, nos assegura que já não se pode falar sequer do velho reformismo e anarquismo. A guerra acabou com eles. É inadmissível falar de reconstruir, por meio de reformas, a sociedade capitalista, que gastou milhões de rubros na guerra. É inadmissível falar de reconstruir essa sociedade, sem um poder revolucionário, sem violência e sem gigantescas comoções. A pessoa que fale ou pense o contrário não poderá ser levada em conta.

A Internacional Comunista é forte, porque se baseia nas lições da matança imperialista mundial. Em cada país, a experiência de milhões de homens confirma cada vez mais que sua posição era justa, e o movimento em direção à Internacional Comunista é hoje cem vezes mais amplo e profundo que antes. Em um ano, o movimento provocou a completa bancarrota da II Internacional.

Em todos os países – mesmo nos menos desenvolvidos – do mundo, os operários que pensam aderiram à Internacional Comunista, e aceitaram suas ideias. Nisso está a total garantia de que a vitória da Internacional Comunista, em todo o mundo, em um futuro não muito longe, está assegurada. (Aplausos)

(extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXII, Akal Editor)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Nesta edição:

- **Bolívia:** As vacinas: uma solução estrutural?
- **Chile:** A desagregação capitalista é morte e destruição!
A revolução proletária, vida e libertação!
- **Imigrantes:** Manifestações da barbárie capitalista.
- **Índia:** Camponeses continuam a luta contra a lei agrícola privatista do governo Modi.
- **Brexit:** Desagregação da união capitalista da Europa.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional****Bolívia**

As vacinas: uma solução estrutural?

Em meio a grande publicidade, chegaram as primeiras 20.000 doses da vacina russa Sputnik V, para imunizar primeiro 10.000 médicos e trabalhadores da saúde, diretamente vinculados aos pacientes infectados com o Covid-19.

Segundo estimativas do órgão de classe dos médicos, na Bolívia, existem 14,1 profissionais na saúde, entre médicos e enfermeiras, para cada 10.000 habitantes (um dos índices mais baixos do continente, ou seja, um problema estrutural). Podemos estimar, então, que com uma população de 11 milhões de habitantes, teríamos ao redor de 15 mil profissionais da saúde. As primeiras 20.000 vacinas serão aplicadas exclusivamente em 10.000 profissionais de saúde. No entanto, o senador Leonardo Loza disse que os primeiros a tomarem as vacinas serão o presidente Arce, o vice-presidente Choquehuanca e os deputados. Se fossem consequentes com o que dizem, deveriam esperar, cedendo a prioridade aos profissionais da saúde. Substituir cada um dos médicos que morre é muito difícil, enquanto politiquieiros abundam aos montes.

Arce anuncia que, neste mês de fevereiro chegarão um milhão de vacinas do programa COVAX, da OMS, e o portavoz do governo anunciou que, no final de abril, se poderia contar com 15 milhões de doses, que o governo disse ter adquirido para imunizar a metade da população boliviana. Cruzemos os dedos para que assim seja, e que não haja preferências masistas em sua distribuição.

A ocasião da chegada das primeiras vacinas, como não poderia deixar de ser, foi aproveitada pelo oficialismo, que desenvolveu uma campanha demagógica e cínica. Por exemplo, Arce disse que, se a Añez tivesse feito o que hoje está fazendo, o governo (trazer as vacinas), teria evitado muitas mortes da primeira onda, quando todo mundo sabe que estas vacinas começaram a ser distribuídas faz poucas semanas no mundo, e que, mesmo assim, nesta segunda onda já há muitos mortos, talvez até mais. Disse também que isto de comprar as vacinas e os testes rápidos de detecção do Covid-19 constituem uma solução estrutural para o problema da crise sanitária do país. Já se anuncia que pode ocorrer uma terceira onda, que começaria em maio, cujo pico mais alto seria durante julho/agosto. Em todo caso, encontraria a metade da população boliviana completamente

desprotegida, isto se até lá chegarem as 15 milhões de doses anunciadas.

O problema estrutural, que não resolvem as vacinas, é que temos um sistema de saúde totalmente deficiente; não há hospitais suficientes, não há leitos para os enfermos de Covid-19, muito menos unidades de tratamento intensivo, não há insumos nos centros de saúde, não há médicos, nem enfermeiros suficientes; os que já trabalham estão em más condições, alguns até sem receberem os salários há algum tempo, marginalizados pela Lei geral do trabalho, ficando doentes.

Nem todos reagem da mesma maneira diante da chegada das vacinas, muitos setores que se guiam pela campanha demagógica do governo recebem a notícia com esperança e, como se, por fim, pudessem ver a luz no fim do túnel. Em outros, provoca uma espécie de desespero, pela lentidão em que o produto chega e é aplicado, enquanto o número total de mortos e infectados vai crescendo de maneira exponencial, à medida que os dias passam.

A agudização da crise econômica se traduzirá em mais fome e miséria nas famílias mais pobres, quando as projeções do pico da segunda onda está prevista para março/abril, os governos locais se virem obrigados a aplicar medidas de restrição, como as quarentenas ou limitação das horas de trabalho, poderá terminar desembocando em movimentos sociais, exigindo do governo a imediata universalização das vacinas, desnudando a precariedade estrutural do sistema de saúde do país, e a campanha demagógica que hoje Arce e sua camarilha desenvolvem.

A Bolívia pagou caro por sua condição de país capitalista atrasado e a demora de uma verdadeira revolução libertadora da incapacidade e entreguismo burgueses. Está condenada a esperar o seu momento, depois de satisfazer as necessidades das potências mundiais, e as imposições leoninas das transnacionais farmacêuticas donas das vacinas. A demora e o desespero podem converter a demagogia em um bumerangue contra o próprio governo.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.636, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Chile

**“A desagregação capitalista é morte e destruição!
A revolução proletária, vida e libertação!”**

O Comitê Construtor pelo Partido Operário Revolucionário, seção chilena do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), publicou, em janeiro, no jornal Luta Operária, um documento que destaca os principais aspectos da luta de classes e da situação política no país. Apresentamos um resumo das principais caracterizações e formulações.

Sob o título “Pela defesa dos organismos de luta popular”, o documento assinala que *“nasceram como uma necessidade dos oprimidos de elevar (...) suas reivindicações impostergáveis”,* marcada pela *“certeira desconfiança em toda a institucionalidade”* e os partidos da ordem burguesa.

Sua importância ressalta na atual conjuntura, quando o Processo Constituinte aprovado não acaba com o *“caráter ditatorial do regime burguês contra os pobres, as minorias sexuais, os mapuches e as massas”*. (“A armadilha da Constituinte”). E denuncia os *“anarquistas, frentepopulistas, centristas pseudo-trotskistas, estalinistas contrarrevolucionários, burocratas sindicais”* que se subordinam ao circo burguês, visando a construir suas *“legendas independentes”*.

Diferentemente, afirmam os camaradas no documento, a tarefa da vanguarda é a de criar uma *“forte organização de revolucionários, que comece uma luta política da classe explorada”*. Objetivando que *“seus militantes se liguem aos operários em suas organizações sindicais, nas assembleias populares e em todas as organizações populares”*, para sepultar o capitalismo. A tarefa é, portanto, construir o *“Partido Operário revolucionário”*, e forjar os quadros revolucionários, para se constituírem em verdadeiros *“teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores”*.

O documento assinala também que, durante a pandemia, a burguesia ficou ainda mais rica, e as massas cada vez mais pobres. Não por acaso mandam no Chile *“cinco famílias (...) que concentram as riquezas”* do país, enquanto milhões arcam com miséria, fome, desemprego, etc. Denuncia ainda o crescimento do narcotráfico, *“utilizado como uma fonte de lavagem de seus lucros pelas empresas de fachada, igrejas evan-*

gêlicas”, bem como *“o Estado, autoridades e alto comando policial”*, que evitam abortar os negócios ilícitos, porque parasitam os seus lucros.

Um elemento de destaque na situação política continua sendo a opressão milenar da burguesia racista branca e dos seus braços armados sobre os mapuches, que *“vêm resistindo às forças de ocupação por mais de 500 anos”*. Traz as denúncias das provocações e do terrorismo de Estado, visando a proteger os monopólios que depredam seus territórios. Destaca, assim, a luta pela sua autodeterminação, e o direito se reger politicamente por suas próprias organizações e instituições.

É nesse quadro que se manifesta a crise de direção e a completa subserviência das direções sindicais. De forma que se coloca a importância de as *“assembleias populares e os cordões”* rechaçarem a *“política eleitoral”*, e defender as reivindicações de *“saúde, educação e trabalho”*, com os métodos próprios de luta dos explorados.

Dessa forma, será possível ir *“ganhando a confiança da maioria da população, que se deve ligar à política revolucionária da classe operária”*. Trata-se de lutar pela *“tomada do poder pela classe operária e demais oprimidos, dirigidos pela vanguarda organizada no Partido Operário Revolucionário”*, formado de revolucionários profissionais, no sentido leninista, *“educados na disciplina do Socialismo Científico”*.

O documento finaliza chamando à construção do Partido Operário Revolucionário e do *“Partido Único da Revolução Socialista Mundial”*, sob as bandeiras da Revolução e Ditadura Proletárias.



(...) a tarefa da vanguarda é a de criar uma “forte organização de revolucionários, que comece uma luta política da classe explorada”. Objetivando que “seus militantes se liguem aos operários em suas organizações sindicais, nas assembleias populares e em todas as organizações populares”, para sepultar o capitalismo. A tarefa é, portanto, construir o “Partido Operário revolucionário”, e forjar os quadros revolucionários, para se constituírem em verdadeiros “teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores”.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Manifestações da barbárie capitalista

Uma caravana de milhares de imigrantes saiu de Honduras para os Estados Unidos. Pretendia chegar à fronteira norte do México. Dali, os hondurenhos planejavam atravessar a fronteira, iludidos com a vitória de Biden. Na fronteira da Guatemala, a polícia nacional pretendeu barrar a caravana. Não contavam que os miseráveis e famintos rompessem o cerco. Foi então a vez do governo de Lopez Obrador, do México, de cumprir seu acordo com Trump, de militarizar suas fronteiras e barrar a imigração.

Mais de 50% da força de trabalho está desempregada. A violenta superexploração capitalista esmagou as condições de vida dos explorados. O que levou a pobreza a atingir mais de 60% da população economicamente ativa. É sobre a base dessa decomposição que prolifera o crime organizado e o terrorismo estatal, agravando os índices de violência e mortes.

Essas condições impulsionaram a imigração maciça de hondurenhos, no ano passado, para os Estados Unidos. Mas, foram barrados por uma violenta repressão. A maioria daqueles que conseguiram ultrapassar a barreira policial acabou presa, e confinada como animais, em campos de detenção nos EUA.

O resultado trágico dessa tentativa, porém, não desalentou milhares de explorados. É maior o risco de morrer de fome do que

enfrentar as longas caminhadas, e a constante violência de grupos criminosos e de policiais.

A barbárie social a que são submetidos os imigrantes expressa a mutilação do gigantesco potencial das forças produtivas pelo capitalismo em decomposição. A destruição e subutilização de um massivo excedente de força de trabalho mundial põem em relevo as violentas contradições entre a produção social e a propriedade privada dos meios de produção, bem como com as fronteiras nacionais.

É dever da classe operária e dos demais oprimidos defender o direito irrestrito dos imigrantes a atravessar as fronteiras e procurar a solução de seus problemas na região e país que escolherem. No entanto, o melhor caminho é lutar em seu próprio país contra a burguesia e seu governo.

O trabalho da vanguarda com consciência de classe é ajudar as massas a compreender que somente se abolirão as fronteiras nacionais – e suas trágicas consequências para as massas – abolindo o regime de exploração do trabalho. O que destaca a tarefa de superar a crise de direção revolucionária, construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas em cada país, e avançando a sua coesão em torno à tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Índia

Camponeses continuam a luta contra a lei agrícola privatista do governo Modi

Centenas de milhares de camponeses continuam os protestos contra a ofensiva do governo de Narendra Modi, de impor uma nova lei para o setor agrícola, que abre caminho à privatização e concentração de terras, em benefício do capital financeiro, agronegócio e latifundiários.

Em 27 de janeiro, dia em que se comemora o nascimento da República, os camponeses romperam as barricadas da polícia, que bloqueava o acesso à capital. Tomaram as ruas de Nova Déli, e ocuparam alguns prédios. Um manifestante morreu, e mais de 80 policiais ficaram feridos nos confrontos.

A permanência dos protestos – já se vão quase três meses de manifestações – fez o governo recuar, revogando alguns aspectos da nova lei, a exemplo da extinção do subsídio estatal à energia usada na irrigação das plantações. Decidiu, porém, manter o fim da lei que garantia a compra pelo Estado dos produtos agrícolas, e agora os camponeses deverão vender grande parte da produção ao setor privado.

É essa uma via para a transferência dos excedentes, realizada na base de uma intensiva exploração do trabalho camponês familiar, ao setor monopolista, que concentraria a distribuição e comercialização. Assim, imporá os preços de venda segundo seus lucros. E alavancaria a pauperização de milhões de pequenos e médios produtores, e os empurraria a arrendar ou vender as terras.

Como assinalamos no Massas 625 (dezembro de 2020), a situação política no país se destacou no final do ano passado, pela confluência das greves operárias contra a lei de Reforma trabalhista (que ampliava a terceirização e destruía direitos), com o movimento camponês em defesa de suas condições de vida.

O desmonte da greve (que reuniu 250 milhões de operários) pelas direções sindicais levou ao isolamento conjuntural do mo-



vimento camponês. Mas, não modificou a sua decisão de resistir e radicalizar os protestos, até que se revogue a lei agrícola. O que agora cria condições para a retomada das lutas operárias. Segundo informes da imprensa, as bases operárias de setores chave da economia (tecnologia, automotores, petróleo, etc.) vêm pressionando suas direções a romperem a passividade, e retomar a greve geral, até que seja revogada a reforma trabalhista, ainda em vigência.

Esse impasse levou o governo de Modi a combinar a repressão com as manobras políticas, oferecendo aos camponeses “mesas de negociações”, e suspender provisoriamente as leis agrícolas antipopulares. Assombrou ao governo, o grande apoio popular na capital ao movimento camponês.

Está aí por que a ministra das Finanças, Nirmala Sitharaman, anunciou um “plano de obras públicas”, incremento dos gastos públicos em 15%, até 2022, e corte de impostos, para reverter as ten-

dências recessivas da economia (caiu -7,7%, em 2020). Parte desses ingressos viria da privatização de empresas estatais. O que configura um novo golpe às condições de vida e trabalho de amplos setores.

O governo é incapaz de responder minimamente às necessidades das massas, atingidas pela crise econômica e pandêmica, sem impulsionar a crise política. O essencial, porém, reside em que, se bem o movimento camponês tenha dado mostras de grande capacidade de resistência e organização, sua vitória definitiva depende, em última instância, de o proletariado indiano retomar o combate às contrarreformas. O que assinala a importância de

forjar uma vanguarda capaz de elaborar um plano unificado de luta, e criar as condições para o combate de todos os explorados e oprimidos à ofensiva burguesa. Por essa via, se darão passos decisivos à ruptura com suas direções sindicais e políticas traidoras e conciliadoras.

A nova fase da luta de classes na Índia possibilita às massas exploradas a avançar na luta contra as consequências da derrocada do capitalismo, construindo as bases da aliança operária e camponesa, com a condição de que a vanguarda com consciência de classe construa o partido marxista-leninista-trotskista.

Desagregação da união capitalista da Europa

Por 571 votos a favor, e 73 contrários, o Parlamento britânico aprovou, em dezembro de 2020, o acordo com a União Europeia (UE), para a saída da Inglaterra do Mercado Comum Europeu.

Em 1º de janeiro, começou a vigorar o novo marco comercial. Adotou-se a forma de um Tratado de Livre Comércio. Porém, preserva-se o essencial das relações. Garante-se o livre acesso aos mercados, sem imposição de quotas ou taxas aduaneiras especiais.

O objetivo principal do acordo foi o de preservar os intercâmbios comerciais, no valor de € 500 bilhões (R\$ 3,2 trilhões). Evidentemente, o volume desses negócios e os interesses capitalistas que seriam afetados alertaram os governos das consequências de uma ruptura não negociada. É o que se observa, com a preservação das cadeias produtivas de setores chave da economia (automotores, aviação, tecnologia, etc.), visando a evitar a perda das “vantagens competitivas”, que favorecem os monopólios europeus na luta pelo mercado continental.

Segundo o governo britânico, o acordo preservou a “soberania nacional”, porque garante a comercialização com a UE “sem as obrigações legais de um país membro”. Por outro lado, o acordo significa para os governos europeus manter as facilidades de exportação ao mercado britânico, que recebe 18% das exportações do bloco. Mas, o acordo ficou longe de equacionar as conflitantes relações comerciais.

Temia-se que a Inglaterra pudesse aproveitar o Brexit, para favorecer suas exportações, recorrendo às práticas de “dumping” (exportação de produtos a valores subsidiados), em detrimento da produção europeia (regida por inúmeras normas e exigências legais). Eis por que foi incorporada uma cláusula, que prevê a fiscalização conjunta contra “práticas comerciais desleais”. A principal divergência, porém, se deu ao redor das quotas sobre a exploração das ba-

cias pesqueiras da Inglaterra.

Depois do Brexit, o governo inglês cogitava impedir a entrada da frota pesqueira continental nas águas de influência britânica. O que levou a se barganharem números, porcentagens e espécies que seriam capturadas. Finalmente, se decidiu aprovar um período de transição (com vencimento em junho de 2026), durante o qual os barcos pesqueiros europeus comprometem-se a abandonar gradualmente 25% das capturas. Após a finalização desse período, as quotas e as espécies passarão a ser negociadas anualmente. Por essa via, a UE afastou conjunturalmente o colapso de sua indústria pesqueira, e um agravamento da inflação dentro do Bloco.

O certo é que o agravamento da desagregação capitalista mundial, potenciada pela explosão da pandemia e a paralisação das atividades econômicas, impedirá aos governos manterem por muito tempo em pé esse “acordo de cavalheiros”. Os conflitos da multinacional AstraZeneca, de capitais ingleses, mas que tem grande parte de sua produção localizada na Bélgica, abertos com a União Europeia pelas provisões das doses da vacina contra o Covid-19, estabeleceu uma nova fonte de conflitos. A decisão do monopólio de utilizar sua fábrica na Bélgica para exportar milhões de doses para o Reino Unido, sem garantir as quantidades para Europa, agrava o quadro das dissensões, e prepara novas crises.

Sem dúvida, a principal fonte de conflitos reside na ofensiva dos monopólios norte-americanos, que aproveitarão a dissolução dos entraves comerciais e legais que dificultam a concorrência de suas mercadorias nos mercados continentais. Desde que foi aprovado em 2016, os EUA vêm usando o Brexit para projetar a guerra comercial contra as importações europeias. A aprovação de um tratado comercial preferencial com a Inglaterra é parte dessa manobra.

A crise e a tendência à desintegração

da União Europeia são manifestações dos choques entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas e internacionalizadas, com as fronteiras nacionais e a grande propriedade privada monopolista dos meios de produção. Contradições essas que impedem planificar e desenvolver, de forma harmônica e racional, as portentosas forças produtivas continentais. Isso explica por que, ainda que o acordo seja mais uma tentativa burguesa para equacionar tais contradições – a exemplo dos esforços em preservar as cadeias produtivas internacionalizadas, apesar das travas alfandegárias e imigratórias protecionistas –, não há como se chegar a um acordo permanente, sob a pressão das forças desagregadoras da guerra comercial inter-imperialista.

O essencial reside em compreender que a desagregação do capitalismo impulsiona os governos a acirrar as contrarreformas, objetivando a preservar os lucros monopolistas. A classe operária e demais oprimidos terão de enfrentar a decomposição capitalista, com o programa e métodos da luta de classes.

A luta pela defesa das condições de vida e trabalho permitirá à vanguarda com consciência de classe ligar as reivindicações mais elementares dos operários ingleses e europeus ao objetivo histórico de expropriar a propriedade privada dos meios de produção, e transformá-la em propriedade social. Esse programa é que de fato unificará os destacamentos operários, por cima das particularidades das lutas e das condições de cada país, favorecendo a luta pela independência de classe.

É por essa via que se recuperarão as tradições socialistas e internacionalistas do proletariado europeu, e a vanguarda com consciência de classe avançará na tarefa de construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, e reconstruir seu Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, empunhando o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, sintetizamos a discussão em torno à direção coletiva e pessoal, que surgiu da necessidade do poder soviético tomar medidas que disciplinassem o trabalho, elevassem a capacidade produtiva, e reestruturassem a economia sobre as novas bases resultantes da revolução. Há algumas formulações de extrema importância para se verificar a relação entre as condições objetivas das transformações, da prática e da teoria. De forma que, para concluir a exposição do IX Congresso do Partido Comunista Bolchevique Russo, transcreveremos algumas passagens.

“Se pensamos em qual foi, depois de tudo, a causa mais profunda que determinou (...) a vitória de um país débil, extenuado, atrasado, sobre os países mais poderosos do mundo, veremos que se trata de uma centralização, disciplina e abnegação jamais vistas. Sobre que base? Milhões de trabalhadores, em um país dos menos educados, puderam chegar a essa organização, a esta disciplina e a esta centralização, somente porque os operários passaram pela escola do capitalismo, e foram unidos pelo capitalismo, porque o proletariado de todos os países avançados se uniu, tanto mais quanto mais avançado era o país; e, por outro lado, porque a propriedade capitalista, a pequena propriedade sob o regime da produção mercantil divide. A propriedade divide, enquanto a classe operária se une, e se une em quantidade cada vez maior, milhões de trabalhadores em todo o mundo. Agora isso fica claro, pode-se dizer, até para os cegos (...). Quanto mais tempo passa, mais os inimigos do proletariado se dividem. A grande propriedade os divide, a propriedade privada sob o regime de produção mercantil, sejam os pequenos proprietários, que especulam com a venda dos excedentes de cereais e lucram às custas dos operários famintos, sejam os capitalistas de diversos países, ainda que sejam donos de um grande poderio militar, e criadores da ‘Liga das Nações’, a ‘grande liga única’ de todas as nações avançadas do mundo. Semelhante unidade é uma completa fraude, um completo engano, uma completa mentira. Vimos – e foi um grande exemplo – que a famosa Liga das Nações, que pretendia determinar o direito a governar os Estados, e a repartir o mundo, que essa famosa liga não passou de uma bolha de sabão, que se desfez em seguida, porque era uma aliança baseada na propriedade capitalista. Vimos, em grande escala histórica, a confirmação da verdade essencial que dizia que nossa causa era justa, que a vitória da Revolução de Outubro era absolutamente segura, e que à causa que empreendemos, apesar de todas as dificuldades, de todos os obstáculos, se uniram milhões de trabalhadores de todos os países. Sabíamos que tínhamos aliados, e que era preciso dar exemplo de abnegação em cada país em que a história havia imposto uma honrosa e difícil tarefa, para que os incriveis sacrifícios fossem recompensados em dobro, porque cada novo mês que nos mantínhamos em nosso país nos daria milhões e milhões de aliados em todo o mundo (...)”.

“O bolchevismo se tornou um fenômeno mundial, a revolução operária levantou a cabeça. O sistema soviético, que criamos em

Outubro, dando continuidade aos legados da revolução de 1905, elaborando nossa própria experiência, se tornou um fenômeno de importância histórica mundial (...). Nestes dois anos, nossa influência cresceu consideravelmente. A III Internacional, a Internacional Comunista, conseguiu vitórias sem precedentes (...).

No momento em que os países capitalistas e a classe capitalista estão se desintegrando, no momento de desespero e crise, unicamente o fator político é decisivo. As frases sobre a minoria e a maioria, sobre a democracia e a liberdade, nada decidem, por mais que se recorra aos heróis do período histórico passado. O que conta aqui é a consciência de classe e a firmeza da classe operária (...). A decisão da classe operária, sua vontade inquebrantável de cumprir a consigna ‘Morreremos antes de nos rendermos!’ (...).

Não, camaradas, a arte de governar não cai do céu, nem é inspirada pelo Espírito Santo, e pelo fato de que uma classe seja a classe dirigente não se torna de imediato capaz de governar. Vemos o exemplo citado: enquanto a burguesia triunfava, trazia para o trabalho do governo representantes de outra classe, da classe feudal (...). É preciso observar as coisas com sensatez: a burguesia recorria à velha classe, e nossa tarefa atual é a mesma, saber tomar, submeter, aproveitar os conhecimentos, a preparação da velha classe, e utilizar tudo isso para o triunfo de nossa classe. Por isso, dizemos que a classe vitoriosa deve estar madura, e a maturidade não se prova por meio de um documento ou um certificado, mas pela experiência, pela prática (...).

As opiniões sobre a direção coletiva estão impregnadas, frequentemente, de um espírito de total ignorância, um espírito de rejeição aos especialistas. Com esse espírito, nunca venceremos. Para vencer, é preciso compreender, em toda a sua profundidade, a história do velho mundo burguês; e, para construir o comunismo, é preciso assimilar a técnica e a ciência, e colocá-las a serviço dos círculos mais amplos; mas a ciência e a técnica somente podemos tomá-las da burguesia. É preciso destacar este problema fundamental, encará-lo como um dos problemas essenciais da construção econômica. Devemos administrar com a ajuda de homens pertencentes à classe que derrotamos, homens cheios de preconceitos de sua classe, aos quais temos de reeducar. Ao mesmo tempo, devemos recrutar os administradores de nossa própria classe. Devemos usar todo o aparato do Estado, para que as escolas, a educação dos adultos, e toda a preparação prática estejam sob a direção dos comunistas, a serviço dos proletários, dos operários, dos camponeses trabalhadores”.

No IX Congresso, as divergências em torno ao aproveitamento dos especialistas, que vinham da classe derrotada, e o processo de capacitação da classe operária em construir as novas bases econômicas se deram no quadro em que se colocava o lugar dos sindicatos, diante da tarefa de erguer a economia, arruinada pela guerra mundial e pela guerra civil. Esse ponto não ganhou projeção no IX Congresso, mas será motivo posterior de duros embates.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)